

ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE

**Relatório Anual da Agência de Desenvolvimento
2019**



XX Encontro Nacional das Comunidades, Malanje 2019

Luanda, Fevereiro de 2020

Índice

1. INTRODUÇÃO	6
3. ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO DURANTE O ANO	10
3.1.Abrangência territorial e grupo de referência.....	10
3.2.Projectos implementados e em carteira	11
3.4.Balanco dos Programas de Orientação.....	11
Tabela n.º 3 – Trabalho com as instituições do Estado, redes e aliança.....	12
3.4.1. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável	12
3.4.1.1.Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional.....	12
3.4.1.2.Ambiente e Mitigação dos efeitos das alterações climáticas.....	20
3.4.1.3 Saneamento Básico e Saúde Pública	23
3.4.1.4 Poder Local	25
3.4.1.5. Análise do desempenho do programa	31
3.4.2 Programa de Cidadania e Advocacia Social	31
3.4.2.1 Participação Cívica.....	32
3.4.2.2 Juventude, Direitos e Oportunidades.....	34
3.4.2.3 Direitos da Mulher	36
3.4.2.4 Direito à Terra	39
3.4.2.5 Informação, Documentação e Comunicação.....	41
3.4.2.6 Influência nas Políticas Públicas	44
3.4.2.7 Análise do desempenho do programa	46
3.4.3 Programa de Desenvolvimento Organizacional	47
3.4.3.1 Gestão e Desenvolvimento do Pessoal.....	47
3.4.3.2 Gestão Administrativa, Financeira e de Património.....	49
3.4.3.3 Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação.....	50
3.4.3.4 Análise do Desempenho do Programa	53
3.5.Execução financeira	53
3.5.1.Quadro geral das receitas e despesas	53
3.8.Constrangimentos	57
4. CONCLUSÕES	58

Acrónimos, siglas e abreviaturas

ADRA	Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AD	Agência de Desenvolvimento
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AF	Agricultura familiar
AJPD	Associação Justiça Paz e Desenvolvimento
ALE	Administração Local do Estado
ANGOP	Agência de Notícias Angola Press
BP Angola	Empresa Petrolífera
CAC	Conselho de Auscultação às Comunidades
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral
CD	Conselho Directivo
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola
CNAC	Conselho Nacional da Criança
CNCS	Conselho Nacional da Comunicação Social
CPEE	Comissão de Pais e Encarregados de Educação
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CR	Conselho de Representantes
CRA	Constituição da República de Angola
DC	Desenvolvimento Comunitário
DG	Director Geral
DH	Direitos Humanos
DO	Desenvolvimento Organizacional
DWA	Development Workshop /Angola
ECA	Escola no campo do Agricultor
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário
ENC	Encontro Nacional das Comunidades
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EPT	Educação para Todos
EU	União Europeia
FAO	Organização Mundial para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMJIG	Forum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género
FNLA	Frente nacional de Libertação de Angola
GALS	Gender Action Learning System
GAS	Grupos África da Suécia
HIV/SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IBP	Inquérito de Bem Estar da População
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
IEA	Igreja Evangélica de Angola
IECA	Igreja Evangélica Congregacional de Angola
IFAL	Instituto de Formação da Administração Local
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISUP	Instituto Superior João Paulo II que forma Assistentes Sociais

LAC	Luanda Antena Comercial
MATRE	Ministério da Administração e Território e Reforma do Estado
MED	Ministério da Educação
MINAGRI	Ministério da Agricultura
MINJUS	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
MOSAICO	Instituto para Cidadania
MOSAP	Market Oriented Smallholder Agriculture Project
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NDACH	Núcleo de Desenvolvimento de Associações e Comunidades da Chicuma
NGF	Núcleo de Gestão Financeira
NRA	Núcleo Representativo das Associações (no Dombe Grande)
OE	Órgãos Executivos
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMUNGA	Organização de Direitos Humanos
ONG	Organização Não – Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSA	Observatório Político e Social de Angola
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSISA	Open Society Angola
PCD	Presidente do Conselho Directivo
PDO	Programa de Desenvolvimento Organizacional
PE	Plano Estratégico
PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PLCP	Programa de Luta Contra a Pobreza
PMA	Plataforma Mulheres em Acção
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Pão para o Mundo
PRS	Partido da Renovação Social
ede EPT	Rede de Educação para Todos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Sociedade Civil
SINPROF	Sindicato dos Professores
SNU	Sistema das Nações Unidas
TDC	Técnicos de Desenvolvimento Comunitário
TPA	Televisão Pública de Angola
UAG	União das Associações da Ganda
UACC	União das Associações de Camponeses da Caála
UCAN	Universidade Católica de Angola
UGF	Unidade de Gestão Financeira
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Humanos
ULAS	Unidade de Lobby e Advocacia Social
UNACA	Confederação das Associações e Cooperativas
UNICEF	Fundo das Nações unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura

UNITA	União nacional para Independência de Angola
UPD	Unidade de Projectos e Desenvolvimento
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A Agência de Desenvolvimento (AD) constitui, actualmente, o principal órgão executivo que dá corpo à actividade da ADRA. Em 2019, o segundo ano de implementação do Plano Estratégico 2018-2022, a AD desenvolveu um conjunto de actividades que são objecto de descrição e análise no presente relatório, incidindo na avaliação do grau de cumprimento das metas definidas a partir dos indicadores globais.

O relatório incluindo, esta nota introdutória, está estruturado três partes, nomeadamente o contexto geral do país, a apresentação do trabalho desenvolvido pela AD em função dos programas de orientação definidos no Plano Estratégico e as conclusões.

As fontes de informação que serviram de base para elaboração do presente relatório foram os relatórios de balanços das Antenas¹ e da Sede e os comunicados dos principais encontros institucionais da ADRA.

2. CONTEXTO GERAL DO PAÍS

O ano de 2019 foi o segundo de implementação do Plano Estratégico para o período 2018-2022. Este ano foi caracterizado por uma degradação económica e social de muitas famílias², devido à crise financeira, ética e moral que continua a assolar o país. Foi, também, um ano de continuidade da luta contra a corrupção, bajulação, peculato e nepotismo, que constituem principais linhas de governação do Presidente João Lourenço³.

Governança e políticas públicas

Face a degradação económica e social de muitas famílias, o Executivo tomou uma série de medidas de políticas, com destaque para o Plano Integrado de Intervenção Municipal (PIIM), Plano Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Local (PICPDL), Programa de Apoio ao Crédito (PAC) inserido no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), Programa Minha Terra, Programa de Combate à Seca e Programa Piloto de Transferências Sociais Monetárias.

Por outro lado, o Chefe do Executivo exarou um conjunto de decretos, entre os quais, pode destacar-se: (i) o decreto presidencial 56/19 de 16 de Abril, que autoriza as despesas e abertura de procedimentos do concurso público para a realização do Programa das Acções Estruturantes de Combate aos Efeitos da Seca na Província do Cunene, (ii) o

¹ Estruturas locais da Agência de Desenvolvimento.

² A taxa da pobreza do país é de 41% dos 30 milhões de habitantes, isto é, 12 milhões e trezentas mil pessoas não conseguem em cada mês 12.500,00 Kwanzas para acudir as suas necessidades básicas, conforme revela o Inquérito de Despesas e Receitas (IDR 2018-2019), realizado em 2019 e publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2020), citado pelo Jornal Económico: <http://jornaldeeconomia.sapo.ao/especial/ine-revela-que-mais-de-12-milhoes-de-pessoas-sao-pobres>. Consultado no dia 3/03/2020

³ João Lourenço aponta linhas gerais de governação de Angola: <https://africa21digital.com/2017/09/27/joao-lourenco-aponta-linhas-gerais-de-governacao-de-angola/>. Consultado no dia 3/03/2020

decreto 113/19 de 16 de Abril, que aprova o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade, (iii) decreto 112/19 de 16 de Abril, que aprova o Projecto-Piloto para a Implementação das Caixas Comunitárias, (iv) o decreto 235/19 de 16 de Abril, que institucionaliza o orçamento participativo a nível municipal e (v) o decreto 234/19, também de 16 de Abril, que aprova 25 milhões de Kwanzas anuais para cada município do país no quadro do orçamento participativo.

Por seu turno, a Assembleia Nacional discutiu e aprovou algumas leis em 2019, tendo deixado para o ano seguinte a aprovação de outras. Assim, aprovou leis sobre o OGE para o exercício económico 2020, a Lei da Tutela Administrativa e a Lei da Organização e Funcionamento das Autarquias Locais. Em 2020, a Assembleia Nacional procurará aprovar as leis cujas discussões iniciaram em 2019, designadamente a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei de Bases do Regime Jurídico das Terras e a conclusão das restantes leis que formam o pacote legislativo autárquico, enquanto condição *sine qua non* para a realização das primeiras eleições autárquicas anunciadas para 2020 pelo Presidente da República em 2018.

Situação económica e social

Apesar da pluralidade de acções em curso no âmbito dos programas públicos, a situação económica e social da maior parte das famílias foi difícil em todos os municípios do país⁴, devido às dificuldades que se verificaram e que ainda se verificam na implementação das medidas de políticas. Por exemplo, o atraso no desembolso dos recursos financeiros para os municípios, no caso do arranque do PIIM e/ou a não utilização mensal dos 25 milhões de Kwanzas pelas Administrações Municipais, no âmbito do PICPDL, por falta de domínio das regras de gestão do Orçamento Geral do Estado (OGE)⁵. Além disso, as dificuldades na implementação de tais medidas de políticas são resultados da falta de cultura institucional de monitoria e avaliação, o que permitiria redireccionar a metodologia da implementação.

A economia angolana tem apresentado recessão económica nos últimos 4 anos. Segundo os especialistas, o fardo da dívida pública deverá chegar aos 89,1% em 2020, e as melhoras na mobilização das receitas, a implementação do IVA e o alargamento da base tributária, para além do programa de privatizações, não deverão impedir a subida do rácio da dívida face ao PIB, que deverá exceder os 90%, também por causa da depreciação do Kwanza.

A incidência de pobreza de Angola é de 41%, afectando perto de 12 milhões de pessoas. A taxa de pobreza é maior na zona rural, incidindo sobre 6.643.811 pessoas, o que corresponde a 57,2%, enquanto na zona urbana é de 29,8%. O município do Curoca, província do Cunene, é o mais pobre entre os 164 municípios de Angola.

⁴ Para maior desenvolvimento, consultar o Relatório sobre Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola (INE, 2019).

⁵ http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2019/10/47/Municipios-tem-AKz-milhoes-mas-nao-conseguem-gastar.81b17853-f71e-4d00-b7fa-bd488f2bb52c.html. Consultado no dia 3/03/2020.

Outro dado a destacar é o aumento da taxa de desemprego em Angola, que aumentou para 30,7% no terceiro trimestre de 2019, mais 1,7 pontos percentuais face ao segundo trimestre, afectando mais de metade dos jovens e na globalidade mais de quatro milhões de pessoas. Segundo dados do INE, entre Julho e Setembro de 2019, um total de 212.670 pessoas ficaram desempregadas em comparação com o segundo trimestre.

Segundo a mesma fonte, a taxa de desemprego nos jovens entre 15-24 anos aumentou para 56,1%, mais 2,2 pontos face ao período anterior. Geograficamente, a taxa de desemprego na área urbana atingiu os 41,1% e é três vezes superior à da área rural, com 16,1%, com uma diferença de 25,0 pontos percentuais. Na globalidade, a taxa de desemprego foi estimada em 30,7%, sendo 29,2% para os homens e 32,2% para as mulheres.

Dinâmicas da sociedade civil

A sociedade civil Angolana, aqui expressa em organizações não-governamentais, igrejas e cidadãos singulares carece de uma maior coordenação ou articulação em face aos variados assuntos políticos, económicos e sociais que marcaram o ano de 2019. A título ilustrativo, no domínio da discussão de leis, verificou-se uma falta de pronunciamento e da articulação da sociedade civil, sobretudo aquando da discussão do ante-projecto de lei de bases do sistema de educação e ensino e do pacote legislativo autárquico, salvo algumas manifestações protagonizadas por um grupo de organizações da sociedade civil de Luanda⁶, que exigiu, por um lado, celeridade na aprovação do referido pacote legislativo autárquico e, por outro, a opção pelo gradualismo funcional ao invés do gradualismo geográfico, como defende o partido no poder.

Ainda sobre o papel da sociedade civil, importa realçar que faltou sentido de oportunidade destas em relação aos decretos presidenciais que estimulam o exercício da cidadania e que contribuem para a resolução das variadas necessidades básicas da população. É o caso do Orçamento Participativo, que permite aos municípios organizados em comissões de moradores apresentarem propostas de projectos sociais às Administrações Municipais para fins de financiamento e/ou de influenciar as suas necessidades sentidas junto das Administrações Municipais, mas nada foi feito neste sentido em todos os municípios, salvo os municípios do Cazenga e Cacucaco que promoveram alguns debates, visando informar e formar as comissões de moradores sobre os procedimentos de gestão dos recursos disponibilizados no âmbito do orçamento dos municípios e do orçamento da administração local do Estado. Apesar disso, um grupo de organizações da sociedade civil Angolana constituído pelo Observatório Político-Social de Angola (OPSA), Mosaiko – Instituto para Cidadania e pela ADRA interagiu com o Executivo e com a Assembleia Nacional em sede da discussão da proposta do OGE para 2020, defendendo uma maior atenção ao sector social e ao sector económico, bem como promoveu espaços de reflexão e treinamento sobre o financiamento público, tendo os cidadãos no centro das atenções.

⁶ Trata-se do grupo constituído pela Plataforma Cazenga em Acção, Mudar Viana e Projecto Agir.

Acção dos partidos políticos

Da acção dos partidos políticos com acento no Parlamento, dois factos merecem destaque. Em primeiro lugar, a eleição do terceiro Presidente do Partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto Costa Júnior, em substituição do Presidente Isaiás Samakuva. Em segundo lugar, a pressão feita pelos partidos da oposição aos parlamentares no sentido de aprovar todo o pacote legislativo autárquico, bem como a revitalização da acção de fiscalização da implementação de políticas públicas, através de visitas às diferentes instituições públicas.

Justiça

Como referido atrás, o ano de 2019 foi também de reafirmação da luta contra a corrupção, entre outros males que agudizam a situação económica e social do país. Assim, durante este mesmo ano, a sociedade tomou conhecimento de vários processos de responsabilização civil e criminal, sendo certo que os arguidos e/ou condenados são as pessoas que exerceram importantes funções a nível da administração central e local do Estado, tanto na governação do Presidente cessante quanto na do actual. Isso significa que em plena época de luta contra a corrupção, alguns gestores públicos não desistem de praticar actos de corrupção. Prova disso, são algumas exonerações feitas pelo actual Presidente, que mesmo não apontando razões, a sociedade compreende que se deveram fundamentalmente ao uso indevido de recursos públicos, tendo em conta o facto de que alguns gestores públicos foram convocados pela Procuradoria Geral da República (PGR) para o interrogatório após as exonerações⁷.

Ainda sobre a luta contra a corrupção, vale a pena referir que a emergência de três correntes: i) há cidadãos que entendem que a corrupção está sendo conduzida de forma selectiva, ii) alguns segmentos entendem que esta luta visa distrair a atenção da sociedade em relação às questões mais fraturantes do país e iii) outros segmentos consideram que esta luta como um processo, pelo que deve ser contínuo, tal como a ADRA defende⁸.

⁷ Para uma melhor compreensão sobre a dedução da sociedade civil em relação às motivações de algumas exonerações de altos funcionários públicos, consultar: (i) https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=39079:desvio-de-bens-causa-exoneracao-de-governador&catid=8:bastidores&lang=pt&Itemid=1071; (ii) <https://vanguarda.co.ao/politica/governador-do-cunene-nomeado-foi-exonerado-sem-tomar-posse-FN834337>.

⁸ Comunicado Público da ADRA. <http://www.adra-angola.org/noticias-adra-2/relatorios-adra>. Consultado no dia 3/03/2020.

3. ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO DURANTE O ANO

3.1. Abrangência territorial e grupo de referência

Ao longo do ano a acção da AD centrou-se nos 24 municípios dos 25 previstos no P.E 2018-2022. Quanto aos envolvidos na acção da ADRA, em 2019, foram apoiados directamente **16.264** produtores agrícolas familiares, dos quais **8.043** mulheres e **8.227** homens, o que corresponde a 78,72 % do universo de beneficiários previstos para o período de vigência do PE. A província da Huíla conta com o maior número de beneficiários directos, representando 39%. Do ponto de vista institucional, como se descreve na tabela a seguir, foram envolvidas 317 organizações, com destaque para 219 associações e 32 cooperativas.

Tabela n.º 1 – Organizações envolvidas

Município	Organizações comunitárias de produtores agrícolas familiares				Outras organizações da sociedade civil	Total geral
	Associações	Cooperativas	Outras	Total		
Benguela	48	10	-	58	3	61
Huíla	60	7	3	70	4	74
Cunene	14	1	-	15	-	15
Malanje	51	2	2	55	28	83
Huambo	46	12	3	61	11	72
Luanda	-	-	-	-	12	12
Total	219	32	8	259	58	317

A par destas organizações, fazem parte do universo da intervenção os espaços locais de concertação, nomeadamente fóruns municipais e comunais, núcleos de associações e uniões de associações e cooperativas, num total de 36, conforme espelha a tabela abaixo.

Tabela n.º 2 – Plataformas das organizações comunitárias de produtores agrícolas familiares

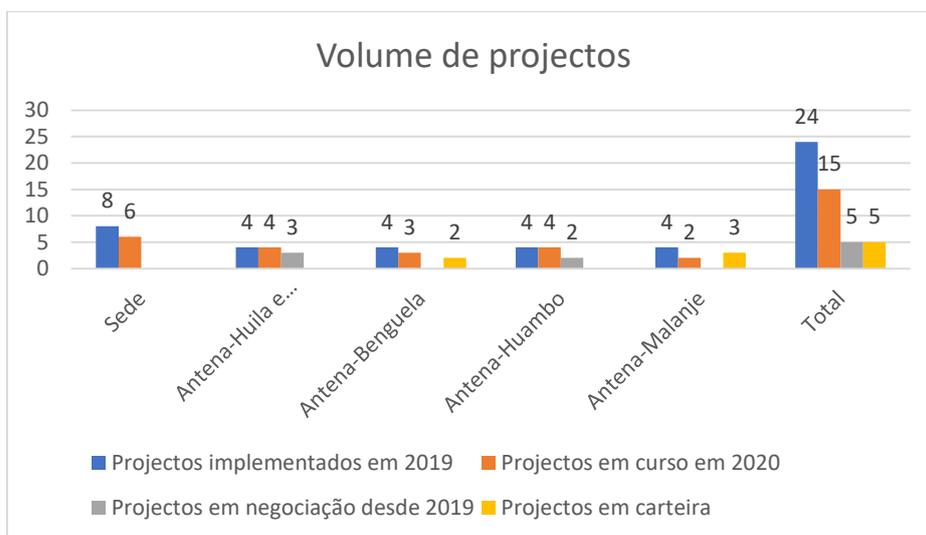
Município	Tipo de plataforma			Total
	Núcleos	Fóruns	Uniões	
Benguela	7	-	1	8
Huíla	2	3	-	5
Cunene	4	1	-	5

Malanje	6	4	-	10
Huambo	5	-	3	8
Luanda	-	-	-	-
Total	24	8	4	36

3.2. Projectos implementados e em carteira

A ADRA tem registado um relativo equilíbrio em termos de número de projectos. Em 2019 foram implementados 24 projectos, sendo a Antena Huila líder com cinco projectos. Continuaram a ser implementados projectos abrangendo duas antenas, como é o caso do Projecto Ekoliso II que atendeu a Huila e o Huambo, o Projecto Okulonga, em implementação nas províncias de Malanje e Luanda. Esta estratégia, apesar de possibilitar aprendizagem entre as diferentes localidades e permitir partilha de recursos entre as diferentes estruturas, traz desafios de gestão que têm perturbado o desempenho dos projectos. Os diferentes projectos implementados pela Sede têm efeito nas Antenas, directamente com as acções previstas, como é o caso do Projecto de Monitoria do Orçamento Geral do Estado. Os gráficos, a seguir indicados, demonstram a dinâmica de projectos em 2019 e como iniciou o ano de 2020.

Gráfico n.º 1 - Número de projectos



Quanto aos projectos negociados, de um total de 10 elaborados, 3 foram aprovados e 7 estão em carteira.

3.4. Balanço dos Programas de Orientação

Esta secção começa com uma tabela dos parceiros estratégicos que contribuíram para a materialização das acções planificadas.

Tabela n.º 3 – Trabalho com as instituições do Estado, redes e aliança

Entidade e mecanismo de parceira	Conteúdo da parceria
Ministério da Agricultura e Floresta	Implantação de Escolas no Campo do Agricultor; Projecto-piloto de Caixas comunitárias; legislação sobre Recursos Filogenéticos e preparação do Orçamento Geral do Estado
Ministério da Administração do Estado e Reforma do Estado	Consulta pública ao processo autárquico; Participação em vários momentos de consulta e debate
Ministério da Assistência Social, Família e Promoção da Mulher	Debate da legislação sobre a assistência social, conselho nacional de assistência social
Ministério da Hotelaria e Turismo	Assessoria na implementação do Programa Aldeia Turísticas
Ministério do Ordenamento do Território e Habitação	Processo de registo de terrenos rurais comunitários; Participação na revisão da Lei de Terras
Ministério da economia e Planeamento	Participação em momentos do PRODESI; Preparação do Censo Agro-pecuário
Ministério da Justiça e Direitos Humanos	Participação na discussão sobre Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos conflitos políticos
Ministério da Juventude e Desporto	Acordo para formação de lideranças juvenis com o Instituto Nacional da Juventude
Governos províncias e Administrações municipais	Participação nos Conselhos de Auscultação das Comunidades; Participação na elaboração de documentos locais de apoio ao desenvolvimento
Redes e alianças nacionais e internacionais:	Rede Educação para Todos, Rede Segurança Alimentar da CPLP, Rede Terra, Parceria Internacional para o Orçamento, Grupo de Monitoria dos Direitos Humanos, Rede Nacional de Nutrição, Conselho das OSC do Huambo, Rede Eleitoral em Benguela.
Grupos de trabalho e espaços de auscultação	Recursos Filogenéticos,
Parlamento	Auscultação do OGE,
Agências internacionais	PNUD (transparência orçamental), Unicef (OGE e inclusão de minorias), FAO (Agricultura)
Partidos políticos	Convites para ministrar seminários, participar em debates e consulta (MPLA, UNITA, CASA CE, PRS).

3.4.1. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável

O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) está composto por quatro componentes e 23 linhas de acção. Nas secções que se seguem descrevem-se as principais acções desenvolvidas em cada linha de acção, o balanço das metas e o resumo conclusivo do desempenho do programa ao longo do ano.

3.4.1.1. Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional

A segurança alimentar das famílias do meio rural, depende em grande medida da produção agrícola, principal fonte de alimentos para consumo e de geração de rendimentos monetários.

Apesar dos apoios prestados pelas instituições ligadas ao sector agrícola e outros actores sociais, são ainda insuficientes os meios fornecidos vocacionados ao aumento da produção das principais culturas de acordo nas distintas regiões onde são produzidas. A estes factores, aliam-se as variações climáticas que nos últimos anos têm provocado constantes irregularidades principalmente das chuvas, afectando deste modo o rendimento das culturas e por conseguinte a capacidade produtiva e económica das famílias camponesas, principalmente as do sul do país que se confrontaram com uma seca severa.

Enquadram-se nesta componente oito linhas de acção cujas principais realizações, em 2019, se descrevem, a seguir.

i) Dinamizar práticas sustentáveis de produção agro-pecuária

As práticas de produção agrícola são consideradas sustentáveis quando observam a protecção do ambiente nas suas dimensões de solo, água e clima.

Neste sentido, a ADRA ao apoiar os camponeses na produção de alimentos introduziu o elemento sustentabilidade através de práticas que contribuem para a protecção do ambiente como factor de importância capital para a produção agrícola. Destacam-se a dinamização de sistemas agro-florestais, a fertilização com recurso a plantas melhoradoras do solo e de adubos orgânicos produzidos a partir de dejectos animais e restos de culturas, assim como a adopção de técnicas de armação do terreno e irrigação que reduzem os efeitos da erosão hídrica sobre o solo.

Entre as principais acções realizadas destacam-se as seguintes :

- Instalação e manutenção dos sistemas agro-florestais com espécies silvícolas e fruteiras nos campos de produção das famílias. Esta prática visa por um lado consociar espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas num mesmo espaço contribuindo para protecção da camada superficial do solo e do aumento da sua fertilidade através da decomposição da matéria orgânica e da conservação da humidade;
- Nas províncias do Huambo e Benguela, 151 produtores dos quais 58 mulheres instalaram nos seus campos de cultivo plantas de citrinos, bananeiras, abacateiros e moringa, intercaladas com culturas de milho, feijão, batata rena e mandioca;
- 277 produtores do Huambo, dos quais 108 mulheres, foram capacitados sobre técnicas de produção de biol (pesticida produzido à base de produtos naturais) no combate às pragas e doenças das culturas e destes 102 passaram a usar o produto. De igual modo, 179 camponeses com 72 mulheres foram apoiados em técnicas de compostagem e uso deste produto orgânico na fertilização dos seus campos de cultivo, 94 membros dos quais 27 mulheres foram capacitados em práticas de manejo dos sistemas agro-florestais e outros 71 envolvendo 27 mulheres beneficiaram de 120 Kg de semente de mucuna para multiplicação e posterior utilização como adubação verde;
- Em Malanje, uma cooperativa foi apoiada na instalação de um campo de multiplicação de mucuna, espécie vegetal usada na adubação verde, abrangendo 43 membros para posterior distribuição aos outros produtores agrícolas;

- Na Huíla 1.960 produtores dos quais 882 mulheres beneficiaram de 56 formações sobre agricultura sustentável.



Campo agrícola com uso de compostagem, município de Caluquembe, Huíla

ii) Apoiar os produtores agrícolas familiares no fortalecimento das suas actividades agro-pecuárias

A intervenção no âmbito do fortalecimento das actividades agropecuárias dos produtores agrícolas familiares abrangidos pela acção da ADRA, nos diferentes municípios, tem sido concretizada através da facilitação do acesso aos factores de produção e à tecnologia, capacitação e assistência técnica, por intermédio da metodologia das Escolas de Campo. No quadro desta linha de acção, ao longo do ano foram proporcionados os seguintes apoios:

- 3.389 produtores dos quais 1.316 mulheres beneficiaram dos seguintes meios: 70 Kg de sementes hortícolas diversas, 1.725 Kg de semente de batata rena, 1.412 Kg de leguminosas, 2.450 Kg de semente de milho, 110 toneladas de sementes (hortícolas, batata rena, milho e feijão) e 236 toneladas de fertilizantes (12-24-12, sulfato de amónio e ureia). Estes insumos chegaram aos produtores por via de 188 organizações de camponeses das cinco províncias;
- 140 produtores de Malanje foram apoiados na preparação mecanizada de 105 hectares de terra para cultivo, através do Projecto MOSAP 2;
- No município da Caála, 379 produtores beneficiaram de um tractor com as respectivas alfaías que possibilitou a preparação de 123 ha terras, enquanto a tracção animal possibilitou a preparação de 73 hectares;
- 30 agentes veterinários rurais facilitaram a capacitação de 76 criadores sobre manejo animal e o tratamento do gado;
- Adquiridos equipamentos e instrumentos diversos (motobombas, pulverizadores, charruas, carros de mão, sachos, botas de borracha e caixas plásticas para a colheita dos produtos) e entregues às associações e cooperativas.



Entrega do tractor a cooperativa Bem-Vindo, Huambo 2019

iii) **Promoção de acções de educação nutricional**

Nesta linha de acção, as principais actividades desenvolvidas centraram-se na realização de sessões de capacitação dirigidas aos membros das associações, cooperativas, num total de 39 palestras, envolvendo as componentes teórica e prática para que as comunidades entendam o valor nutricional dos alimentos e a importância da sua combinação e diversificação da dieta, tendo em vista a garantia de uma alimentação saudável. Apresenta-se, a seguir, as acções de maior destaque:

- 1.893 membros de 16 associações e 4 cooperativas distribuídas pelas províncias de Benguela, Huíla e Malanje, dos quais 141 mulheres, foram capacitados sobre *alimentação e saúde* à base de produtos locais. Destes, 25% já fazem uso de plantas naturais denominadas cura tudo, para se protegerem do mosquito causador do paludismo e de folhas de moringa, abacateiro, mangueira, goiabeira para confeccionar alimentos;
- No município do Cubal, província de Benguela, uma mulher membro de uma cooperativa replicou a formação a outras 25 mulheres contribuindo para a expansão do conhecimento a outros grupos;
- Facilitado o acesso à merenda escolar com recurso a produtos locais a 572 crianças por via da associação Tulivunguende e das cooperativas da Viahamba e do Giraul na Huíla.

iv) **Facilitar o acesso das comunidades ao crédito**

A facilitação do acesso ao crédito em dinheiro e em espécie constitui uma vertente importante do trabalho da ADRA e que tem contribuído para que as iniciativas produtivas e de negócios dos membros das comunidades sejam viabilizadas, dadas as inúmeras limitações das instituições públicas de apoio ao desenvolvimento rural, particularmente as EDAs.

As limitações relativas ao acesso ao crédito bancário têm sido reduzidas com recurso às caixas comunitárias que, nos últimos anos, vêm ganhando maior protagonismo na

cedência de empréstimos monetários aos membros das comunidades e constituindo-se em estruturas geridas, de forma autónoma pelas organizações comunitárias de base (associações e cooperativas).

As províncias do Huambo e Benguela lideram a lista destas iniciativas e do volume de recursos financeiros em circulação. Durante o ano em análise, nas províncias citadas foram desembolsados por via das caixas comunitárias 11.266.000 Kwanzas repartidos por 6.266.00 kwanzas para Benguela e 5.000.000 kwanzas para o Huambo, destinados ao financiamento de actividades produtivas e de pequenos negócios abrangendo 655 produtores dos quais 289 mulheres.

Outros 1.558 membros de associações com 861 mulheres, beneficiaram do crédito em espécie composto por 14 toneladas de semente de milho, 2 toneladas de batata rena, 1 tonelada de soja, 1 tonelada de feijão, 14,3 toneladas de adubos e 600 cabras. O reembolso destes meios será feito igualmente em espécie, excepto os adubos que são pagos em dinheiro reforçando desta forma os fundos das caixas.

Em Malanje, 9 das 12 caixas comunitárias existentes, foram estruturadas com recursos provenientes da comparticipação dos beneficiários na aquisição dos insumos fornecidos pelo projecto MOSAP 2. Como resultado destes reembolsos, foram arrecadados 9.802.140 kwanzas.

As províncias do Huambo, Huíla e Malanje realizaram um total de 24 sessões de capacitação sobre gestão de crédito, contabilidade básica e técnicas de comercialização envolvendo 1.000 membros entre eles 432 mulheres.

v) Desenvolver acções de apoio ao empreendedorismo económico nos municípios

A ADRA sempre teve a preocupação de estimular iniciativas de empreendedorismo, no quadro da sua intervenção, através do apoio ao desenvolvimento de actividades não agrícolas, principalmente o pequeno comércio nas aldeias. No âmbito do Plano Estratégico 2018-2022, o desenvolvimento de acções de apoio ao empreendedorismo tem como propósito o fortalecimento das iniciativas de negócios dos microempreendedores rurais e periurbanos e assenta em três vertentes principais: i) formação de empreendedores, ii) mobilização de recursos financeiros para a concretização das iniciativas dos empreendedores e iii) apoio à formalização dos microempreendimentos.

Em 2019, as acções desenvolvidas incidiram fundamentalmente na formação e na mobilização de recursos, destacando-se as seguintes realizações:

- Em Benguela 43 membros de associações e cooperativas, dos quais 30 mulheres, foram apoiados na elaboração de planos de negócios;
- No Huambo 305 membros (dos quais 131 mulheres) de 5 associações e 4 cooperativas beneficiaram de apoio na elaboração dos seus planos de negócio. Ainda no Huambo 413 membros de associações e cooperativas foram apoiados na realização dos seus negócios, maioritariamente orientados para a venda de bens de primeira necessidade;

- Na Huíla 240 produtores agrícolas membros de associações e cooperativas (dos quais 97 mulheres) participaram sessões de formação sobre gestão de bens colectivo. Igualmente na Huíla foram apoiados 5 grupos de produtores agrícolas na obtenção de empréstimo;
- Em Malanje, 3 associações de produtores agrícolas e 2 empreendedores individuais foram assessorados na elaboração de mapas de controlo de despesas e receitas.

vi) Reforçar a capacidade de integração dos produtores agrícolas familiares nos circuitos de comercialização

O propósito desta linha de acção é o de favorecer uma maior inserção mercantil dos produtores agrícolas familiares, através do fortalecimento do papel das cooperativas na comercialização agrícola, do apoio à organização de feiras rurais nos municípios e da assessoria às organizações de produtores na identificação de oportunidades de venda nos circuitos do comércio formal nos centros urbanos. Em 2019, as principais acções desenvolvidas centraram-se no apoio aos produtores na comercialização dos seus produtos, principalmente através da sua participação nas feiras, conforme se descreve a seguir:

- Em Benguela, 184 produtores agrícolas membros de 5 cooperativas foram apoiados na comercialização de 105.372 kg de produtos diversos (milho, feijão, batata-rena, batata-doce e hortícolas) durante a realização de feiras municipais;
- No Huambo, 467 produtores agrícolas membros de 6 associações e 4 cooperativas beneficiaram de apoio na venda de mais de 90.000 kgs de produtos agrícolas diversos;
- Na Huíla, 8 produtores agrícolas participaram na Expo Huíla, tendo comercializado mais de 2.000 kgs de produtos agrícolas;
- Em Malanje, 62 produtores agrícolas membros de 14 associações participaram em feiras promovidas pelo Governo Provincial. Ainda em Malanje, foi apoiada a construção de um mercado rural na comuna do Lombe, município de Cacusó.

vii) Apoiar os produtores agrícolas familiares no estabelecimento de parcerias com os empresários para o desenvolvimento de cadeia de valor no sector agro-pecuário

Esta linha de acção foi estabelecida no Plano Estratégico 2018-2022, com o propósito de se explorar as possibilidades de participação dos produtores agrícolas familiares no desenvolvimento de cadeias de valor no sector agrícola, no quadro das iniciativas de promoção do agronegócio em curso no país, estabelecendo parcerias com os empresários.

Durante o ano de 2019, desenvolveram-se algumas iniciativas nas províncias do Huambo e da Huíla, traduzidas fundamentalmente na negociação de contratos de fornecimento com empresas locais. No Huambo, 2 cooperativas foram apoiadas na

celebração de um contrato com a empresa Cabiri, 8 associações e 3 cooperativas negociaram contratos de fornecimento com agentes comerciais.

Na Huíla, a equipa local da ADRA facilitou a negociação de contratos de fornecimento entre 11 associações e empresas, à margem da realização da Expo Huíla 2019. Outra iniciativa levada a cabo foi o estabelecimento de contactos entre produtores agrícolas de Cacula e o Ministério da Economia, visando a sua inscrição no portal deste organismo a fim de facilitar a comercialização de produtos agrícolas.

Uma outra iniciativa a reportar nesta linha de acção, diz respeito ao diálogo iniciado com o Complexo Agro-industrial Carrinho, localizado na província de Benguela. Esta empresa pretende utilizar matéria prima local, estando, por isso, a estudar a possibilidade de estabelecer parcerias com os produtores agrícolas; ao longo de 2020, a ADRA irá apresentar ao Complexo Carrinho uma proposta centrada no apoio à produção e comercialização, numa lógica centrada no desenvolvimento de cadeia de valores⁹.

viii) Trabalhar com as Administrações Municipais na formulação e implementação de acções de apoio à agricultura familiar

Com esta linha de acção pretende-se apoiar as Administrações Municipais na identificação, elaboração e implementação de projectos de fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvendo experiências-piloto que sirvam de referência na definição de políticas públicas ajustadas a este segmento produtivo. Este propósito seria concretizado através da elaboração de perfis sobre a agricultura familiar nos municípios como subsídio para a formulação e implementação de acções para o seu fortalecimento.

Os dados reportados pelas Antenas evidenciam insuficiências na concretização desta linha de acção. Apenas em Benguela e na Huíla, as equipas municipais iniciaram o trabalho de recolha de dados sobre a produção agro-pecuária familiar para a elaboração dos perfis da agricultura familiar nos municípios abrangidos pela intervenção da ADRA.

Entretanto, salienta-se a realização de acções conjuntas entre a ADRA e as EDAs em Benguela e no Huambo. Em Benguela, a equipa da ADRA prestou assessoria ao Departamento Provincial do IDA no processo de estruturação de caixas comunitárias. No Huambo, as equipas municipais da ADRA trabalharam em parceria com as EDAs na realização de acções de assistência técnica aos produtores agrícolas nos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo.

Apresenta-se, de seguida o balanço das metas definidas nesta componente para o ano de 2019.

Meta 1: 587 produtores agrícolas de 15 municípios utilizam práticas sustentáveis nos seus sistemas de produção

Ponto de situação (evidências/resultados)

⁹ O Complexo Agro-industrial Carrinho pretende absorver a produção de milho, feijão e soja.

- 1.005 produtores introduziram nos seus campos sistemas agro-florestais resumidos na introdução de espécies florestais (eucalipto, cedro, pinho e moringa) e fruteiras (citrinos, bananeiras, mangueiras e abacateiros) nos seus campos de cultivo, intercalando com culturas de milho, feijão, batata rena e mandioca. Por outro lado, usam práticas que concorrem para a conservação do solo, como adubação verde e adubação orgânica com estrumes produzidos a partir de dejectos animais;
- 102 produtores usam o biol no combate às pragas e doenças (murcha da batata, broca do milho, ferrugem no feijão, piolho do repolho).

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 2: 2.556 produtores têm acesso aos factores de produção (insumos agrícolas, equipamentos) e melhoram os níveis de produção e de produtividade.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 3.389 produtores tiveram acesso aos insumos agrícolas como sementes (milho, feijão, hortícolas, batata rena), adubos simples e compostos e equipamentos agrícolas (motobombas, pulverizadores e outros);
- As associações do município da Caála no Huambo beneficiaram de um tractor.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 3: 709 produtores têm acesso ao crédito para desenvolvimento das suas iniciativas agrícolas e não agrícolas.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 784 membros das associações dos quais 357 mulheres tiveram acesso ao crédito em dinheiro para implementação das suas iniciativas empreendedoras e agrícolas com maior pendor para a preparação mecanizada de terras e compra de sementes hortícolas. Outros 1.501 produtores entre eles 842 mulheres beneficiaram de crédito em espécie composto por caprinos, sementes de batata rena e feijão.

Grau de cumprimento da meta: cumprida



Meta 4: 1.173 produtores encontram oportunidade de comercialização dos seus produtos agro-pecuários através da organização de vendas colectivas, participação em feiras municipais e outros mercados.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 2.647 produtores agrícolas familiares (467 no Huambo, 1963 na Huíla, 114 em Benguela e 103 em Malanje) comercializaram diversos produtos agrícolas através de comerciantes informais, estabelecimento de contratos de fornecimento e participação em feiras

municipais. Entre os produtos comercializados destacam-se os cereais (milho e massambala), leguminosas (feijão, amendoim e soja), batata-rena e hortícolas, num total de 289,37 toneladas, tendo-se arrecadado Kz 37.659.872,00.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

3.4.1.2. Ambiente e Mitigação dos efeitos das alterações climáticas

A forte pressão sobre os recursos naturais por parte das comunidades rurais está na base da degradação dos ecossistemas acarretando desequilíbrios nas relações solo – água – clima com forte repercussão no rendimento agrícola. Os efeitos mais visíveis destas práticas são o abate da floresta e a erosão dos solos com o aparecimento de ravinas que paulatinamente vão engolindo os solos agricultáveis.

De acordo com as linhas de acção desta componente, foram realizadas as seguintes actividades.

i) **Capacitar as comunidades para a gestão sustentável dos recursos naturais**

A capacitação das comunidades foi feita por via de palestras, debates e sessões de divulgação de leis sobre ambiente.

Nas cinco províncias de intervenção, foram realizadas sessões de formação e capacitação com os membros das comunidades no sentido de melhor se disseminarem conhecimentos que contribuam para a consciência ambiental das comunidades.

Foram realizadas 17 sessões de capacitação que permitiram disseminar conteúdos relacionados com práticas de manejo e conservação de solos, uso de adubos orgânicos, consociação de culturas, dirigidas a 748 membros envolvendo 213 mulheres.

Na província do Huambo no município do Longonjo foi instalada uma cortina quebra vento, com uma área de 0,3ha, enquanto que no município do Bailundo realizaram-se acções de manutenção em 4 polígonos florestais comunitários cuja área é de 11ha.

ii) Promover acções de educação ambiental

A educação ambiental constitui uma prática que a médio e longo prazo poderá contribuir para o aumento da consciência das comunidades sobre a importância de preservar os recursos naturais, na esteira do compromisso com as futuras gerações. Em 2019, foram realizadas as seguintes acções:

- 3 palestras sobre a preservação das florestas e a importância do repovoamento florestal no município do Longonjo, tendo participado 105 membros das comunidades, dos quais 47 são mulheres;
- Nos municípios do Cubal e Ganda foram assessoradas 2 associações, na elaboração de 2 microprojectos de plantação de árvores e a realização de acções de sensibilização sobre a preservação do meio ambiente e utilização sustentável dos recursos naturais (controle das queimadas e abates de árvores);
- Ainda nos municípios do Cubal e da Ganda, foram realizados 4 debates sobre gestão florestal, onde participaram 180 membros, dos quais 61 mulheres, durante os quais abordaram-se assuntos relacionados com o abate desordenado de árvores e queimadas descontroladas, bem como as leis que regulam a exploração florestal;
- Em Malanje, foram distribuídos 14 folhetos com conteúdos sobre educação ambiental a 14 associações dos municípios do Quela e Kiwaba Nzoji.

iii) Apoiar as comunidades no reforço de estratégias de mitigação dos efeitos da seca e/ou cheias

A ADRA tem vindo a ampliar, nos últimos anos, as acções de apoio às comunidades que sofrem os efeitos da seca, principalmente nas províncias do Cunene e da Huíla, através do fortalecimento dos seus meios de vida e sistemas de produção. Em 2019, foram desenvolvidas as seguintes acções neste domínio:

- 1.392 produtores envolvidos na introdução da batata-doce e mandioca nas suas explorações agrícolas;
- No Huambo 507 produtores intensificaram o cultivo de batata-doce, mandioca e inhame;
- Construção de 4 cisternas para captação das águas pluviais no município dos Gambos (Huíla), beneficiando 44 famílias;
- Apoiada a abertura de 3 furos de água no município de Cacula (Huíla).



Cisterna Calçadão, Gambos província da Huíla

De seguida apresenta-se o balanço das metas da componente.

Meta 1: Até ao final de 2019 são implementados 2 projectos e 3 microprojectos na linha do ambiente em 5 municípios

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Implementados 2 micro-projectos na linha do ambiente em Benguela
- Implantação de experiências de dinamização de pequenos polígonos florestais numa área total de 11 ha com plantas de eucaliptos e pinheiros nos municípios da Caála e Longonjo (*Huambo*).

Grau de cumprimento da meta: alto

Meta 2: Até ao final de 2019 é elaborado e negociado 1 projecto sobre educação ambiental.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Elaborado e implementado no Huambo o projecto gestão sustentável dos recursos naturais.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 3: Construídas 5 cisternas calçadão para captação e retenção de águas pluviais no município dos Gambos e constituídos 6 grupos de alerta sobre as alterações climáticas.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Construídas 4 cisternas calçadão e 3 furos de água na Huíla;
- Constituídos 6 grupos de redução de riscos e desastres no município dos Gambos.

Grau de cumprimento da meta: alto

Meta 4: 232 produtores e suas famílias em 4 municípios de intervenção, produzem culturas resistentes a seca (Massango, Massambala, Mandioca e batata-doce)

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 2.899 produtores apoiados na produção de mandioca, batata doce e inhame

Grau de cumprimento da meta: cumprida

3.4.1.3 Saneamento Básico e Saúde Pública

Nos últimos tempos, a ADRA na sua actividade com as comunidades rurais vem sendo confrontada com a necessidade de desenvolver acções que concorram para a melhoria das condições de saneamento básico e saúde, através de acções educativas, dada a precariedade de acesso aos serviços neste domínio a nível das zonas rurais.

. A intervenção nesta compreende 3 linhas de acção: i) dinamizar acções de educação para saúde e saneamento; ii) desenvolver acções de mitigação do HIV/SIDA; iii) dinamizar acções de saúde materno-infantil. Em 2019, as principais acções realizadas estiveram ligadas à educação para saúde, nas vertentes de boas práticas de higiene pessoal, saneamento ambiental, saúde materno-infantil e acesso à informação sobre VIH/SIDA, conforme se relata nas linhas que se seguem.

i) Dinamizar acções de educação para saúde e saneamento

Realizadas 66 palestras sobre saúde preventiva, saneamento com base no STLCE, importância da higiene corporal e da utilização dos mosquiteiros e 177 campanhas de sensibilização na linha do saneamento total liderado pelas comunidades.

Foi ainda prestado o apoio a 12 líderes de 8 associações dos municípios de Kiwaba Nzoji, Cacuso e Quela, na realização de palestras sobre saneamento básico e saúde preventiva nas comunidades. Capacitados 30 mobilizadores na Huíla e identificados 4 novos activistas do STLCE em Caluquembe.

ii) Desenvolver acções de mitigação do VIH/SIDA

Foram identificados, seleccionados e capacitados 58 activistas locais de VIH/SIDA, sendo 27 mulheres, nos municípios do Cubal, Quiçama (Cabo Ledo), Belas (Buraco), Tômbua e Baía Farta (Praia da Caota).

Foram promovidos 23 espaços de reflexão e capacitação sobre os métodos de prevenção da doença, direitos dos seropositivos, lei do VIH/SIDA, nos municípios de intervenção. Foram ainda realizados 2 diagnósticos da situação socioeconómica das comunidades pesqueiras do Tômbua e da Praia da Caota. Realizadas três sessões de formação em Género e VIH/SIDA, nas províncias do Huambo, Huíla e Malanje.

Realizadas de três sessões de formação em Género e VIH/SIDA, nas províncias do Huambo, Huíla e Malanje. Participaram 93 pessoas, entre as quais 61 mulheres.

Assuntos abordados: grau de cumprimento das recomendações do módulo anterior; nível de engajamento das mulheres nas associações e cooperativas; noções gerais sobre VIH/SIDA; quadro legal da doença.



Formação em Género e VIH em Malanje, Novembro de 2019

iii) Dinamizar acções de saúde materno-infantil

Apoiadas 9 parteiras tradicionais membros da associação feminina da Chicuma na elaboração de um plano de acção, onde constam as suas actividades.

Facilitada a capacitação de 66 parteiras tradicionais dos municípios da Ganda (5), Cacuso e Kiwaba Nzoji e 6 estudantes da ADPP (Malanje) por meio das Repartições Municipais da Saúde sobre: Técnicas de assistência ao parto, cuidados a ter para evitar a contaminação do VIH/ SIDA da gestante para o filho e alimentação e uso de anti-retrovirais.

Realizadas 1.702 palestras 6 campanhas de sensibilização, nos municípios da Cacula, Chibia, Gambos, Quipungo, Cacuso, Kalandula, Quela e Kiwaba Nzoji para adesão às consultas pré-natais e vacinação das crianças.

O balanço das metas estabelecidas para 2019 é, a seguir, apresentado.

Meta 1: Em 13 municípios onde a ADRA intervém são desenvolvidas acções de saneamento básico (tratamento da água, higiene pessoal e colectiva, assim como a construção de latrinas).

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Em 15 municípios (incluindo Chibia e Quipungo), 4350 membros de associações e cooperativas, construíram 369 latrinas com base em material local, realizaram 48 campanhas de limpeza (Cubal e Ganda), o que permitiu a redução da defecação ao ar livre, dos focos de lixo e conseqüentemente dos casos de malária, pois, 2 localidades em Caluquembe (Huíla) foram certificadas como livres de defecação ao ar livre.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: 13 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA têm acesso à informação sobre as questões de VIH-SIDA e saúde materno-infantil

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Em 18 municípios de intervenção, 2.565 pessoas (1.059 mulheres) tiveram acesso a informações sobre VIH/SIDA no que se refere as formas de contágio, prevenção e mitigação do VIH/SIDA, 22.956 tiveram acesso a informação sobre a importância das consultas pré-natais, vacinação, assistência ao parto, higiene. Resultando na adesão de 58 pessoas às testagens voluntárias nos municípios dos Gambos (28) e Humpata (30), adesão de mulheres em 290 consultas pré-natais numa parceria com o Unicef (Cacula, Chibia, Quipungo e Gambos) e vacinadas 743 crianças dos 0 aos 5 anos (vacinação de rotina) e 210 grávidas contra o tétano na província da Huíla.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

3.4.1.4 Poder Local

A intervenção nesta componente visa contribuir para a estruturação do Poder Local em Angola, articulando a sua intervenção em três eixos principais: 1) fortalecimento organizativo e económico das associações, cooperativas e outras formas organizativas nas comunidades locais; 2) promoção de mecanismos de articulação entre as organizações locais da sociedade civil e de espaços de diálogo entre estas e as instituições do Estado ao nível dos municípios e comunas e 3) influência sobre os processos de formulação e implementação de planos de desenvolvimento local.

A componente abarca sete linhas de acção: i) Dinamizar a estruturação de associações e cooperativas e outras formas organizativas nas comunidades locais; ii) Reforçar o papel das associações e cooperativas e de outras organizações locais na dinamização de acções de apoio ao desenvolvimento das comunidades; iii) Fortalecer o papel das plataformas de articulação das organizações locais nos municípios; iv) Trabalhar com os órgãos da Administração Local do Estado na promoção de mecanismos de concertação e diálogo com as organizações da sociedade civil através dos encontros das comunidades e de outros espaços v) Promover debates nos municípios sobre o processo autárquico, desconcentração e descentralização vi) Reforçar o papel das instituições do poder tradicional na promoção do desenvolvimento local e, vii) Colaborar com as Administrações Municipais no processo de formulação e implementação participativa de Planos de Desenvolvimento Municipal. A seguir são reportadas as principais realizações, ao longo de 2019.

i) Dinamizar a estruturação de associações e cooperativas e outras formas organizativas nas comunidades locais

No Huambo, Malanje, Benguela e Huíla a actividade de assessoria consistiu no apoio à 48 associações e 20 cooperativas na realização de assembleias gerais e de crédito, na participação em fóruns e mercados rurais, no acesso aos bilhetes de identidade e registo civil (131 membros dos quais 77 mulheres) e legalização (1 associação e 2 cooperativas) no Cubal e Ganda, na realização de 54 encontros de balanço e planificação, na estruturação e funcionamento de caixas comunitárias de (12) cooperativas/associações nos municípios do Bailundo, na elaboração de subprojectos de apoio a produção agrícola no âmbito do financiamento do FAS (Caála), nos serviços de transformação de produtos, fornecimento de merenda escolar e comercialização fármacos.

Outro destaque recai para as sessões de capacitações, em Benguela, Malanje e Huambo, onde foram promovidas 18 sessões de capacitação e reflexão com os membros de 23 associações e 9 cooperativas em torno do associativismo, cooperativismo e liderança envolvendo um total de 574 membros dos quais 441 mulheres e dois (2) intercâmbios sobre associativismo, cooperativismo e comercialização 1 no Dombe Grande em Benguela e outro entre as associações e cooperativas locais envolvendo 39 membros representantes dos municípios de Longonjo, Caála e Bailundo.

ii) Reforçar o papel das associações e cooperativas e de outras organizações locais na dinamização de acções de apoio ao desenvolvimento das comunidades.

Assessoradas 35 associações e 2 cooperativas na estruturação de serviços de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, nos municípios de Caluquembe, Cacula, Humpata e Gambos.

Foi realizado um intercâmbio entre 2 cooperativas dos municípios da Ganda e Cubal e 1 cooperativa da Baía Farta, sobre gestão da caixa comunitária, sistema de produção e comercialização dos produtos agrícolas e gestão organizacional com a participação de 12 homens e 9 mulheres. Financiadas as caixas comunitárias das cooperativas Ndende Jongolo e Calombinda com uma quantia de 2.325.807, 00 Kwanzas.

No município da Baía Farta foi apoiada a cooperativa agropecuária Esivayo na compra de um tractor com as respectivas alfaias para apoio na preparação de terras.

Realizado um intercâmbio de fortalecimento das organizações comunitárias de base entre a ADRA e a UNAC. A primeira decorreu em Moçambique e a segunda em Angola. Participaram 6 líderes de associações e cooperativas, sendo 4 mulheres das associações de camponeses das províncias de Benguela (2), Huambo (1), Huíla (1) e Malanje (2).



Intercâmbio em Moçambique (Junho) e Angola (Agosto)

iii) Fortalecer o papel das plataformas de articulação das organizações locais nos municípios

Apoiados 6 encontros de concertação entre os líderes das organizações comunitárias de base dos municípios de Cacula, Caluquembe, Gambos e Humpata, envolvendo 68 líderes comunitários.

Foram também apoiados 2 núcleos (Lombe, Quale e Cota) e 2 fóruns (Kiwaba Nzoji e Quela), na realização de 10 encontros de concertação planificação e balanço das actividades, com a participação de 163 líderes das associações sendo 76 mulheres.

Foram realizados 2 fóruns de núcleos que registou a presença de 6 núcleos do Cubal e Ganda, participando 80 pessoas das quais 26 mulheres. Influenciada a realização de 3 encontros de concertação e articulação com as OSCs que trabalham a temática do VIH/SIDA no município de Benguela, estes encontros tiveram como objectivo reflectir sobre a actuação das organizações e preparação actividades conjuntas.

iv) Trabalhar com os órgãos da Administração Local do Estado na promoção de mecanismos de concertação e diálogo com as organizações da sociedade civil através dos encontros das comunidades e de outros espaços

Realizados 20 encontros de concertação entre representantes das comunidades pesqueiras com as administrações municipais e comunais, responsáveis dos centros de pesca, direcções municipais da saúde e educação das localidades da Quiçama, Mussulo, Tômboa e Lobito.

Realizados 15 encontros municipais das comunidades (Bailundo, Caala, Longonjo, Baía-Farta, Cubal, Ganda, Gambos, Cacula, Caluquembe, Humpata, Quela, Cacuso, Kiwaba Nzoji, Kalandula e Cacucaco), com 1.689 participantes, dos quais 640 mulheres.

Realizados 4 encontros provinciais das comunidades (Benguela, Huíla, Malanje e Huambo), com 453 participantes, das quais 157 mulheres.

Realizado o XX Encontro Nacional das comunidades, que decorreu no município de Cacuso, com a participação de 205 pessoas, sendo 54 mulheres, entre representantes de comunidades das províncias do Bengo, Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Kwanza

Norte, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire, assim como de departamentos ministeriais, da Assembleia Nacional, do Governo Provincial de Malanje, das administrações municipais do Bailundo, da Caála, de Cacuso, de Kiwaba Nzoji, Quela, Kalandula, Kangandala, Malanje Sede, dos Gambos, da Cacula, do Cubal, da administração comunal do Dombe Grande e de Organizações da Sociedade Civil.

No município do Cubal, no âmbito do conflito de terras no qual realizou-se um encontro entre a comunidade da fazenda Elisa e a administradora municipal, onde esta recomendou que a cooperativa Kawatoco submete-se uma lista nominal dos membros que possuem terras afectadas pelo conflito com a Brigada Militar.

v) Promover debates nos municípios sobre o processo autárquico, desconcentração e descentralização

Promovidos 13 debates e 6 formações sobre autarquias e poder local em 8 municípios (Cacula, Kilamba Kiaxi, Cacuco, Cacuso, Quela, Kiwaba Nzoji, Ganda e Baía Farta), com a participação de 793 pessoas, sendo 240 mulheres.

Foi ainda promovida 1 mesa redonda sobre orçamento participativo e autarquias em Malanje, onde participaram 92 pessoas, sendo 42 mulheres.

2 workshops sobre desconcentração, descentralização e autarquias locais nas províncias de Benguela e Malanje, com a participação de 283, sendo 92 mulheres. 2 seminários na Ganda e Baía Farta, com a participação de 86 pessoas, entre as quais 16 mulheres.

Foram ainda realizados 6 debates sobre a lei 15/16, nos municípios do Cubal, Ganda, Quela, Kiwaba Nzoji e Cacuso com a participação de 234 pessoas, das quais 61 mulheres.



Workshops sobre descentralização e autarquias em Benguela e Malanje, respectivamente

vi) Reforçar o papel das instituições do poder tradicional na promoção do desenvolvimento local

Envolvidas 43 autoridades tradicionais nas actividades desenvolvidas nos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo.

Realizados 3 debates sobre o papel das autoridades tradicionais a luz da Constituição da República de Angola (CRA) nos municípios de Quela, Kiwaba Nzoji em que participaram 129 membros de associações, sendo 66 mulheres.

vii) *Colaborar com as Administrações Municipais no processo de formulação e implementação participativa de Planos de Desenvolvimento Municipal*

Participação num encontro para a elaboração do plano de desenvolvimento do município da Humpata envolvendo um quadro da ADRA.

Assinados 9 protocolos de parceria com a Estação de Desenvolvimento Agrário, Serviços de Veterinária, UNACA, Agricultura, DMASFIG, Direcção municipal da Educação, Direcção dos Registos, Serviços Técnicos e Económicos, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros na província da Huíla.

Apoiada a participação dos representantes das associações e cooperativas dos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo em 15 espaços de diálogo e concertação com as administrações locais (conselhos comunais e municipais as comunidades, encontros das comunidades e outros).

Apresenta-se, nas linhas que se seguem, o balanço do grau de alcance das metas previstas nesta componente.

Meta 1: 31 Associações e 12 cooperativas de 14 dos 25 municípios de intervenção da ADRA têm maior capacidade na estruturação de serviços (crédito, comercialização, mecanização, assistência técnica e transformação de produtos agro-pecuários) de apoio as iniciativas produtivas dos membros.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 12 cooperativas e 64 associações de 16 municípios prestaram aos seus membros os seguintes serviços: Crédito à 496 membros, sendo 253 mulheres, apoio a mecanização agrícola à 379 membros, comercialização à 643 membros produtores membros;
- 4 moageiras em Malanje e 6 centros de transformação de produtos na Huíla prestaram serviços aos seus membros no processo de transformação dos seus produtos.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 2: Os mecanismos de articulação (fóruns, núcleos, uniões, Conferências Municipais da Sociedade Civil e Encontro das Comunidades) constituídos nos 13 municípios de intervenção da ADRA, funcionam como espaço de concertação entre as organizações locais e destas com as administrações municipais e apresentam propostas concretas sobre as necessidades das comunidades.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Em 11 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA as organizações locais da Sociedade Civil fortalecem os seus mecanismos de articulação por meio da realização

de 15 encontros municipais, 4 provinciais e 1 nacional Estes encontros proporcionaram a troca de experiências sobre alternativas locais para mitigação da seca, caixas comunitárias e o acesso aos serviços sociais, bem como a discussão das principais políticas públicas (IVA, PAC, PDLCP, PDER, PIIM...),

- Promoção de encontros periódicos de concertação, através das s estruturas de articulação e coordenação das organizações comunitárias (núcleos, fóruns e uniões), onde foram discutidos diversos assuntos que afectam as comunidades, com destaque para as vias de acesso, educação, saúde e o acesso aos insumos agrícolas.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 3: As organizações da sociedade civil de 13 municípios de intervenção da ADRA, participam activamente nos espaços de diálogo com as Administrações locais, apresentando propostas concretas sobre assuntos inerentes ao desenvolvimento dos municípios e monitoram os programas públicos e iniciativas locais.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Organizações da sociedade civil dos 15 municípios envolveram-se activamente no diálogo com as administrações municipais, através dos 15, 4 e 1 encontro municipal, provincial e nacional das comunidades, respectivamente e em encontros de auscultação das comunidades, bem como audiências, onde foram apresentando os principais problemas que afecta as comunidades como; humanização dos serviços de saúde, construção de escolas, postos médicos, acesso aos insumos e imputes agrícola, reabilitação das vias de acesso.
- Na Ganda a serra do Ngangawe foi incluído no PIIM, em Malanje foi reabilitada um posto de saúde, no Cubal administradora municipal intermediou o conflito de terra da cooperativa Kawatoko.

Grau de cumprimento da meta: alto

Meta 4: Em 8 comunidades dos municípios abrangidos pela intervenção da ADRA-Sede, as organizações locais da sociedade civil interagem com as administrações municipais e Assembleia Nacional e apresentam as suas preocupações que são tidas em conta na concepção dos planos de desenvolvimento local e outras iniciativas dos municípios

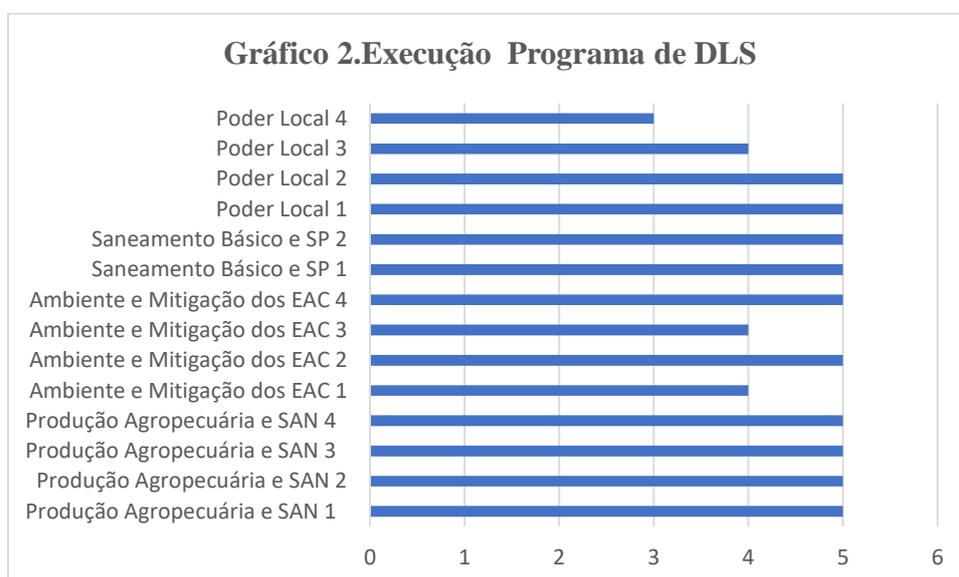
Ponto de situação (evidências/resultados)

- Em 4 comunidade do Cazenga e Cacuacos, representantes de 4 Organizações da Sociedade Civil, interagiram com os Administradores municipais em referência, fruto desta interação foram promovidos dois seminários sobre o Orçamento Participativo nos mesmos municípios.

Grau de cumprimento da meta: suficiente

3.4.1.5. Análise do desempenho do programa

O nível de cumprimento do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável é razoável. Em 2019, a Agência de Desenvolvimento (AD) definiu no total 14 metas, assim distribuídas: 4 para a componente Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional; 4 para a componente Ambiente e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas; 2 para a componente Saneamento Básico e Saúde Pública e 4 para a componente Poder Local. Como ilustra o gráfico abaixo indicado, deste total de metas, 10 foram cumpridas, 3 tiveram alto desempenho e 1 registou desempenho suficiente.



3.4.2 Programa de Cidadania e Advocacia Social

O programa de Cidadania e Advocacia Social é de extrema importância para a organização sendo que o mesmo proporciona um grande contributo no aprofundamento de temas relacionados com a sociedade, política e governação, bem como fortalece a construção de pontes e o exercício de cidadania à todos os níveis de governação.

O referido programa comporta seis componentes, nomeadamente: a) Participação Cívica; b) Juventude, Direitos e Oportunidades; c) Direitos das Mulheres; d) Direito à Terra; e) Informação, Documentação e Comunicação; e f) Influência de Políticas Públicas. Estas componentes são desenvolvidas por 28 linhas de acção que nos auxiliam a identificar as acções concretas a desenvolver ao longo da execução do plano estratégico da ADRA 2018-2022.

A seguir faremos uma análise das acções desenvolvidas ao longo do ano de 2019 relacionadas com as componentes, linhas de acção e o grau de cumprimento das metas.

3.4.2.1 Participação Cívica

A componente sobre Participação Cívica congrega quatro linhas de acção, nomeadamente: i) divulgar a legislação angolana e as convenções internacionais; ii) Promover a participação dos cidadãos em processos de formulação de leis e políticas públicas; iii) Promover acções de educação cívica e eleitoral; iv) Promover debates sobre temas de interesse público.

i) Divulgar a legislação angolana e as convenções internacionais

A linha de acção acima descrita teve como actividades principais as seguintes: distribuídos 1.000 exemplares, do relatório sobre o processo de educação e auscultação do pacote legislativo autárquico; igualmente distribuiu-se 91 exemplares de material informativo relacionados com a lei 9/04 (lei de terra), lei 15/16 (lei da organização e funcionamento da administração local do Estado), lei 25/11 (lei contra a violência doméstica), lei 7/16 (lei da organização e funcionamento das comissões de moradores) e lei 6/12 (lei das associações).

Foram ainda reproduzidas a Lei de Terra, Lei do Ambiente, Lei Contra a Violência Doméstica, Lei das Associações, Lei das Cooperativas em duas línguas (Umbundu e Português) e distribuídas nos municípios do Bailundo e Longonjo a nível do Huambo.

Destacar ainda que a nível da província da Huíla foram promovidos 32 debates sobre autarquias, lei de terras, lei contra a violência doméstica, lei das associações e cooperativas e sobre Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional- ENSAN.

ii) Promover a participação dos cidadãos em processos de formulação de leis e políticas públicas

Ao longo de 2019 conseguiu-se realizar 4 seminários sobre o OGE nas províncias de Benguela, Luanda, Huambo e Malanje, envolvendo 280 pessoas, sendo 81 mulheres;

Foram realizados 3 debates sobre a lei 15/16, nos municípios do Cubal e Ganda com a participação de 124 pessoas, das quais 11 mulheres;

Promovido, a nível da província de Malanje, um debate sobre autarquias locais a luz das 6 propostas de lei, nomeadamente, a institucionalização, eleições, finanças, tutela, organização e funcionamento e sobre a transferência de atribuições e competências as autarquias; contou com a participação de 114 membros (entre representantes das instituições do governo, OSC, Estudantes, jornalistas, e quadros da ADRA), sendo 30 mulheres.

iii) Promover acções de educação cívica e eleitoral

Realizados 6 debates sobre processo eleitoral autárquico nos municípios de intervenção envolvendo a participação de 318 pessoas das quais 109 mulheres.

iv) Promover debates sobre temas de interesse público

Realizou-se um workshop sobre Ciclo do OGE, que contou com a participação de 20 pessoas, sendo 9 mulheres;

Realizados 4 debates e 4 formações nos municípios de Malanje, Kalandula, Quela e Kiwaba Nzoji, com a participação de cerca 166 pessoas, dentre elas representantes das Administrações, Saúde, Educação, autoridades tradicionais, Juventude Ecológica Angolana, Delegação Provincial das Finanças, líderes de associações de camponeses dos municípios e outras sedeadas em Malanje e quadros da ADRA, sendo 69 mulheres;

A nível de Benguela foram realizados 4 Ondjangos Comunitários sobre políticas públicas em curso nos municípios, participaram 186 pessoas das quais 88 mulheres. Os temas abordados foram: Funcionamento dos registos, (programa de massificação do registo civil), PDLCP (perspectivas para a Campanha Agrícola 2019/2020) e saúde pública;

Realizados 25 debates, em 4 municípios de intervenção da Antena Huíla, os mesmos envolveram cerca de 735 pessoas, das quais 286 mulheres, os temas abordados estiveram ligados à seca, roubo de gado, valor socioeconómico e cultural das famílias, peste suína africana, danos causados pelos fenómenos naturais, liderança, desistência e absentismo escolar.

Apresenta-se, a seguir, a síntese do balanço das metas projectadas nesta componente.

Meta 1: Em 16 dos 25 Municípios onde a ADRA intervém, os actores sociais locais têm acesso a informação sobre a legislação fundamental (Constituição da República de Angola, lei de terras, lei das associações e das cooperativas, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, lei contra a violência doméstica, lei das cooperativas, pacote legislativo autárquico, Lei da administração local do Estado).

Ponto de situação (Evidências)

- 18 municípios de intervenção da ADRA, nomeadamente, 4 em Luanda, 4 em Malanje, 3 no Huambo, 4 na Huíla e 3 em Benguela, cerca de 825 actores, das quais 328 mulheres tiveram acesso à informação relacionadas com a legislação vigente no país (a lei 9/04 (lei de terra), lei 15/16 (lei da organização e funcionamento da administração local do Estado), lei 25/11 (lei contra a violência doméstica), lei 7/16 (lei da organização e funcionamento das comissões de moradores) e lei 6/12 (lei das associações) e o pacote legislativo autárquico.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: Nos 25 municípios onde a ADRA trabalha, dinamizam-se acções de educação cívica e eleitoral, espaços de debate sobre temas de interesse público com engajamento dos actores locais

- Foram dinamizados debates sobre processo eleitoral autárquico, onjongs temáticos de análise do OGE e políticas públicas em 12 municípios de intervenção da ADRA, estas acções congregaram 1.943 pessoas, das quais 683 são mulheres.

Grau de cumprimento da meta: suficiente.

3.4.2.2 Juventude, Direitos e Oportunidades

As acções realizadas no quadro desta componente procuraram proporcionar oportunidades de capacitação dos jovens através do apoio às suas iniciativas organizativas e realização de estágios de fim de curso. Abaixo são descritas as principais realizações por cada uma das 5 linhas de acção, designadamente: i) Promover espaços juvenis de debates; ii) Promover lideranças juvenis; iii) Reforçar e promover o associativismo e empreendedorismo juvenis; iv) Apoiar os estudantes na elaboração de trabalhos de fim de curso; v) Desenvolver parcerias no quadro da temática juventude.

i) Promover espaços juvenis de debates

Realizados 2 debates e 6 palestras sobre justiça social, êxodo rural, gravidez precoce/VIH e SIDA e a importância da participação do cidadão na vida pública. Participaram 228 jovens (68 mulheres) de associações juvenis de Luanda, Longonjo, Kiwaba Nzoji, Cacuso e Kalandula. Ministrado um seminário de capacitação sobre descentralização e desconcentração administrativa, para estudantes finalistas do curso médio de educadores sociais do Instituto de Ciências Religiosas em Luanda, tendo participado 60 jovens, sendo 32 raparigas. Foi realizado um Ondjango juvenil sobre cooperativismo, empreendedorismo e êxodo rural, na comuna do Kasseque, município da Ganda onde estiveram presentes 123 jovens dos quais 56 mulheres

Promovidos 3 encontros entre os líderes das associações de estudantes e administrador comunal do Lombe. Participaram 6 líderes juvenis, permitindo reflectir sobre a importância da participação dos jovens nos espaços de concertação.

ii) Promover lideranças juvenis

Promovidas 23 sessões de capacitação sobre liderança juvenil com os grupos de referência nos municípios dos Gambos, Humpata, Caluquembe e Cacula.

iii) Reforçar e promover o associativismo e empreendedorismo juvenis

Realizadas 11 sessões de capacitação aos jovens membros dos grupos juvenis dos municípios do Bailundo, Caála, Longonjo, Cacula e Humpata sobre gestão de crédito e empreendedorismo. Estiveram envolvidos 375 jovens, das quais 62 mulheres.

Destacam-se também a realização de 7 encontros com grupos de jovens empreendedores e ligados a grupos desportistas dos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo, Cacuso e Kalandula que registou a participação de 81 membros, dos quais 26 eram mulheres. Apoiados 2 grupos de jovens dos municípios da Caála e Longonjo com

material desportivo. Apoiada a criação da comissão de gestão da caixa comunitária do grupo de jovens do município da Caála.

Facilitada a participação de 2 grupos juvenis de teatro/dança dos municípios do Quela e K. Nzoji nos Encontros Municipal e Nacional das Comunidades, onde tiveram oportunidade de apresentar peças teatrais com temas voltados ao desenvolvimento local das comunidades. Foi apoiada a organização e funcionamento de 4 grupos juvenis (3 grupos teatrais, e 1 de empreendedores), dos municípios de Kalandula, Quela, Kiwaba Nzoji e Cacuso.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 375 jovens (62 mulheres) de 5 municípios de intervenção capacitados em matéria de gestão de negócios e empreendedorismo;
- As capacitações facilitaram a ascensão de jovens aos cargos de liderança dentro das associações e cooperativas de camponeses nos municípios de intervenção na Huíla;
- Dinamizados 5 grupos de jovens nos municípios do Bailundo (2), Caála (2) e Longonjo (1) que desenvolvem actividades agrícolas, pequenos negócios, através de caixas comunitárias e actividades desportivas nas comunidades;
- Constituídos 2 grupos juvenis nos municípios de Cacuso e Kalandula;
- 4 grupos juvenis de Kalandula, Quela, Kiwaba Nzoji e Cacuso funcionam com melhor organização.

iv) Apoiar os estudantes na elaboração de trabalhos de fim de curso

Apoiados 95 estudantes na elaboração dos seus trabalhos de fim de curso nas províncias de Benguela (7), Huambo (19), Huíla (57), Luanda (6) e Malanje (4).

i) Desenvolver parcerias no quadro da temática juventude

Estabelecida uma parceria formal com o gabinete provincial da juventude e desportos da Huíla. Foi estabelecida no quadro da submissão das propostas de projectos na linha de cidadania e juventude para os municípios da Cacula, Bibala, Cahama e Ombadja.

O balanço das metas da componente é apresentado, a seguir.

Meta 1: Até final de 2019, são dinamizados 9 grupos juvenis com as seguintes iniciativas: promoção de espaços de debates com temas de interesse juvenil e apoio na elaboração de projectos de acesso ao crédito.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Dinamizados 7 grupos juvenis nas províncias do Huambo (5) e Malanje (2), na elaboração de projectos agrícolas, promovidos 12 encontros de reflexão com os

jovens sobre temas de interesse juvenil (empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, justiça, êxodo rural, participação cívica, etc.); e igualmente 498 jovens (158 raparigas) dos municípios de intervenção estiveram envolvidos em espaços de debate e diálogo com as autoridades locais;

Grau de cumprimento da meta: alto

Meta 2: Até final de 2019, são apoiados 45 estudantes na realização de estágios, no âmbito dos trabalhos de fim de curso e da inserção no mercado de trabalho.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 95 estudantes apoiados na realização de estágios defenderam os seus trabalhos de fim de curso e terminaram com êxito.

Grau de cumprimento da meta: Cumprida.

3.4.2.3 Direitos da Mulher

O apoio as iniciativas económicas e o fortalecimento da liderança das mulheres nas organizações locais constituíram o principal foco da actividade da ADRA nesta componente em 2019, conforme espelha o balanço das metas. Esta componente está composta pelas seguintes linhas de acção: i) Promover lideranças femininas e a participação de mulheres nos espaços de decisão; ii) Desenvolver parcerias com organizações que trabalham na mesma temática; iii) Promover debates sobre os direitos da mulher e facilitar o acesso a informação e serviços públicos; iv) Intermediar a resolução de conflitos que afectam os direitos das mulheres.

i) Promover lideranças femininas e a participação de mulheres nos espaços de decisão

Realizadas 100 sessões de capacitação sobre liderança feminina nos municípios de Kiwaba Nzoji, Kalandula, Quela e Cacuso, Cubal, Ganda, Caluquembe, Cacula, Humpata e Gambos com a participação de 1.146 membros, sendo 410 mulheres de 66 associações e 3 cooperativas.

Envolvidas 103 mulheres nos espaços de tomadas de decisão das associações e cooperativas, nos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo. Realizados 9 encontros específicos com associações de mulheres no município do Bailundo, Caála e Longonjo, envolvendo 347 mulheres.

No município do Quela, em Malanje foi assessorado o grupo de mulheres Kixicano na actualização de micro-projecto agrícola, com envolvimento de 13 mulheres. No que toca a alfabetização, 493 mulheres aderiram às aulas de alfabetização nos municípios de Kiwaba Nzoji, Quela, Cacuso, Cubal e Ganda.

ii) Desenvolver parcerias com organizações que trabalham na mesma temática

Realizadas acções conjuntas com o Gabinete da Acção Social no Huambo (formações sobre a Lei contra a Violência Doméstica e formações sobre género). Estabelecida parceria formal com o Gabinete provincial da Família e Igualdade de Género e a Direcção da Aldeia de Crianças SOS na Huíla.

Realizado um intercâmbio sobre métodos de igualdade de género com o envolvimento de vários actores locais que trabalham as questões de igualdade de género (Rede Mulher, AJOMA, PIN, Henkay-Navakwavo, OMA, GASFIG). Partilhadas as metodologias de trabalho sobre a temática. O intercâmbio contou com a participação de 50 pessoas entre os quais 31 mulheres.

Realizado um intercâmbio com a União Nacional de Camponeses de Moçambique sobre o trabalho com os direitos das mulheres a nível das zonas rurais. Participaram 5 mulheres de Angola e 16 de Moçambique. Os assuntos tratados durante o intercâmbio foram: metodologias de trabalho com mulheres; relações de género, direito e conflitos de terra, associativismo feminino.



Camponesas de Angola partilham experiência de associativismo feminino em Moçambique

iii) Promover debates sobre os direitos da mulher e facilitar o acesso a informação e serviços públicos

Promovidos 22 encontros de reflexão (debates, formações, seminários) sobre os direitos da mulher (a carta africana e convenções internacionais sobre os direitos das mulheres e OGE e Políticas Públicas sensível ao género, posição e influência da mulher a nível das organizações direitos sexuais e reprodutivos, justiça, aborto de género, violência doméstica) nos municípios de Malanje, Kiwaba Nzoji, Quela e Cacuso, Bailundo, Longonjo, Kilamba Kiaxi, Cazenga e Viana com a participação de 392 mulheres.

Foram ainda realizados 3 encontros municipais das mulheres, nos municípios do Bailundo, Longonjo e Caála, com a participação de 108 mulheres. Realizados 4 encontros das mulheres da ADRA e parceiras, nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Malanje, com a participação de 156 mulheres.

Realizada, em Luanda, a conferência nacional sobre os direitos económicos da mulher. Participaram 132 pessoas, das quais 100 mulheres. Assuntos abordados: Principais programas de empoderamento económico das mulheres; Mecanismos de protecção dos direitos económicos das mulheres; Apresentação do estudo sobre o direito da mulher à terra; o impacto das alterações climáticas na vida das mulheres e meninas: o caso das mulheres dos Gambos; Acesso aos meios de produção e comercialização agrícola.



Conferência Nacional sobre os direitos da mulher em Luanda, Novembro

Assessorada a elaboração e implementação dos planos de acção de 9 activistas de género, 6 da Ganda e 3 do Cubal.

No que toca ao acesso a serviços, foram apoiadas 334 mulheres na obtenção de documentos de identificação pessoal no município da Cacula, Huíla.

iv) Intermediar a resolução de conflitos que afectam os direitos das mulheres

Realizadas 3 sessões de reflexão sobre a lei e conflitos de terras. Estiveram envolvidas 110 pessoas, das quais 101 mulheres membros das comunidades, autoridades tradicionais e parceiros institucionais, nas províncias do Huambo e Huíla.

O balanço das metas nesta componente revelou o seguinte quadro:

Meta 1: Até final de 2019, o número de mulheres que ocupam cargos de liderança, aumenta em média cerca de 10,6%

Ponto de situação (evidências/resultados)

- 149 mulheres passaram a assumir cargos de liderança em 9 municípios de intervenção, tendo registado um aumento de 8%.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 2: Até final de 2019, nos 16 municípios onde a ADRA intervém, 1.532 mulheres têm acesso a informação sobre os seus direitos.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Em 18 municípios 734 mulheres tiveram acesso a informação sobre igualdade de género, violência doméstica, cultura vs religião, registo civil, Lei de Terras e prevenção de potenciais conflitos,
- 231 mulheres tiveram acesso a cédulas e 103 aos bilhetes de identidade apoiadas pelo projecto Kumosi 2, no município da Cacula

Cumprimento da meta: Alto desempenho

3.4.2.4 Direito à Terra

A componente relacionada com o direito à terra é composta por cinco linhas de acção, nomeadamente i) Desenvolver acções de educação jurídica; ii) Apoiar os processos de legalização de terras nas comunidades rurais; iii) Apoiar o processo de mediação de diferentes tipos de conflito de terras; iv) Desenvolver acções de advocacia social voltadas para a promoção dos direitos de acesso aos recursos naturais associados à terra; v) Organizar debates públicos sobre a problemática da terra nas sedes municipais, capitais província e em Luanda.

i) Desenvolver acções de educação jurídica

A acção jurídica visa fundamentalmente fazer com que as comunidades tenham acesso à legislação fundiária existente no país. Para ADRA as acções ligadas a presente linha de acção estiveram ligadas a produção de materiais informativos, focado nos elementos essenciais da Lei de Terras. Neste sentido, a nível de Malanje (Quela, Kiwaba Nzoji) foram distribuídas 17 cartilhas com conteúdos resumidos sobre a lei de terras. No entanto, os membros das comunidades através de 25 associações e 2 Fóruns municipais tiveram acesso as mesmas. Igualmente a província do Huambo reproduziu e distribuiu 50 exemplares da Lei de terra nas versões em Português e Umbundu.

ii) Apoiar os processos de legalização de terras nas comunidades rurais

A nível do Huambo foram apoiadas 5 comunidades da Caála na actualização dos processos de legalização de terras.

Em Benguela a cooperativa Ndende Jongolo no município da Ganda obteve a declaração do Soba e submeteu um requerimento junto da administração comunal para dar início ao processo de titulação das suas terras. Ainda na mesma província foram encaminhados os processos de 46 membros, correspondendo a 46 parcelas de terras dos membros da ACDA, cooperativas Kwatoko e Okutyuka, destes 2 mulheres e 1 homem já obtiveram os seus documentos, que foram entregues durante o acto provincial de lançamento do programa “Minha Terra”.

iii) Apoiar o processo de mediação de diferentes tipos de conflito de terras

Os conflitos de terras se apresentam como um grande desafio para as comunidades rurais. Durante o ano passado, a Antena Benguela apoiou a resolução de um conflito terra que envolvia a Cooperativa Kawatoko e a 73ª Brigada Militar «Fazenda Elisa», no município do Cubal. Este apoio consistiu na facilitação de um encontro entre a administradora municipal e a cooperativa Kawatoko, para abordar a problemática do conflito de terras entre a comunidade da fazenda Elisa e a 73ª Brigada Militar. Fruto do encontro entre a cooperativa e a administradora, esta, deslocou-se a fazenda Elisa e teve um encontro com diversos actores da comunidade, que resultou na autorização à comunidade para utilização da terra que havia sido retirada pela 73ª brigada.

Outro aspecto importante deste apoio foi o encaminhamento dos documentos iniciais de legalização nomeadamente, declaração do Soba, da EDA, do antigo fazendeiro e croquis de localização da parcela e as listas dos membros da comunidade à Administradora Municipal.

iv) Desenvolver acções de advocacia social voltadas para a promoção dos direitos de acesso aos recursos naturais associados à terra

Não foram realizadas acções nesta linha de acção.

v) Organizar debates públicos sobre a problemática da terra nas sedes municipais, capitais provincia e em Luanda

A ADRA em parceria com o CICA, MOSAIKO, AJUDECA e outras organizações da sociedade civil que fazem parte do grupo de organizações da sociedade civil sobre os recursos naturais, realizaram a Conferência sobre os Recursos Naturais em Angola, da mesma participaram 317 pessoas, das quais 123 foram mulheres. Um dos assuntos abordados foi a problemática da terra para fins agrícolas face a exploração dos recursos naturais. Aproveitou-se o espaço para que um membro do município do Longonjo, província do Huambo, pudesse partilhar as transformações que estão a ocorrer naquele município depois da descoberta do mineiro.

Foram realizadas 4 palestras sobre a lei de terras nos municípios do Bailundo e Longonjo. Realizado 1 Workshop provincial sobre a legislação fundiária e mecanismos de prevenção de conflitos de terra, na capital da província da Huíla. O evento juntou membros das comunidades, instituições locais do estado, autoridades tradicionais, entidades eclesiásticas e outros actores da sociedade civil.

A nível das províncias da Huíla e Malanje realizaram-se 8 sessões de debates públicos, destas, duas foram radiofónicas sobre os mecanismos locais de gestão de terras comunitárias e recursos naturais.

Os debates, conferências e palestras congregaram cerca de 1.147 participantes, dos quais 335 foram mulheres.

Apresenta-se, abaixo, o balanço do grau de cumprimento das metas.

Meta 1: Em 3 municípios dos 25 onde a ADRA intervém, pelo menos 6 das 10 comunidades com processos remetidos às Instituições afins, culminem com a emissão dos títulos de reconhecimento (Huambo e Benguela)

Ponto de situação (evidências)

- Em 3 municípios no âmbito do lançamento do programa Minha Terra foram encaminhados 46 membros (pertencentes as cooperativas ACDA, Kwatoko e Okutyuka do Cubal), destes, três membros, nomeadamente um homem e duas mulheres tiveram acesso ao título de terra individual, a nível do município do Cubal.
- Cinco comunidades do município da Caala, província do Huambo foram apoiadas na actualização do processo de legalização de terras (actualização da documentação, não houve avanços significativos).

Grau de cumprimento da meta: baixo.

Meta 2: Em 4 municípios dos 25 onde a ADRA intervém, 6 comunidades com processo de delimitação participativa das suas terras em curso (Malanje e Huila)

Ponto de situação (Evidências/Resultados)

- Na Huila em curso o processo de delimitação de 9 comunidades

Grau de cumprimento da meta: suficiente.

3.4.2.5 Informação, Documentação e Comunicação

A componente de Informação, Documentação e Comunicação congrega seis linhas de acção, nomeadamente i) Editar, publicar e divulgar estudos e sistematizações de experiências; ii) Revitalizar as publicações das Antenas e Sede; iii) Promover constantemente e com qualidade as causas defendidas pela organização na mídia; iv) Estandarizar a marca da ADRA; v) Organizar o acesso bibliográfico da organização; vi) Fomentar parcerias com instituições do saber, visando a produção e disseminação de conhecimentos.

i) Editar, publicar e divulgar estudos e sistematizações de experiências

Em Benguela foi produzida uma cartilha informativa sobre “Autarquias Locais”, imprimiu-se 1.100 exemplares, dos quais, 400 em Umbundo e 700 em Português. Foram distribuídas 212 cartilhas no Dombe-Grande e 345 na Ganda.

Ainda em Benguela foi sistematizada uma experiência sobre a aplicação do método de advocacia social no processo de alfabetização da cooperativa agropecuária Kawatoko do município do Cubal.

A nível da província de Malanje foram realizados 3 estudos temáticos sobre OGE a grupos mais vulneráveis, com o foco (registo de nascimento, água e alimentação), nos municípios de Kalandula, Quela, Kiwaba Nzoji e Malanje.

Em Luanda foram produzidos e impressos cerca de 500 exemplares do relatório sobre monitoria social do OGE e distribuído cerca de 470 exemplares às entidades do Estado, parceiros e organizações da sociedade civil. Igualmente produziu-se uma Banda Desenhada sobre o VIH/SIDA. Foram distribuídos cerca de 500 kit dos folhetos sectoriais sobre OGE 2020.

ii) Revitalizar as publicações das Antenas e Sede

A revitalização das publicações das Antenas e Sede esteve relacionada com a gestão das mídias sociais e website institucional. Desta feita, foram publicados cerca de 340 textos/vídeos nas nossas páginas (Facebook, Website e Youtube).

Actualmente temos cerca de 6.000 seguidores na nossa página do Facebook, quando em 2018 tínhamos apenas 2.000.

iii) Promover constantemente e com qualidade as causas defendidas pela organização na midia

As causas da organização foram profundamente difundidas nos meios de comunicação. Ao longo do ano, a presença da ADRA nos órgãos da comunicação social foi cerca de 125. Em termos de cobertura jornalista tivemos cerca de 78 eventos;

A organização concedeu cerca de 132 entrevistas e participação nos espaços de debates radiofónicos e televisivos. Os principais meios de comunicação foram à TPA, TVZIMBO, PALANCA TV, ANGOP, Jornal de Angola, Novo Jornal, Jornal o País, Rádio Eclésia, Rádio Mais e as rádios provinciais e municipais.

iv) Estandardizar a marca da ADRA

Elaborado o manual de identidade visual, formato de cartas, PowerPoint, actualização do logotipo.

v) Organizar o acesso bibliográfico da organização

Em Benguela foram catalogados com nº de série e inseridos na plataforma Excel 285 livros e dispostos em ordem onomástica nas prateleiras do CID

Na Sede foi criado um Sistema de Gestão para Biblioteca.

vi) Fomentar parcerias com instituições do saber, visando a produção e disseminação de conhecimentos

A nível do Huambo estabeleceu-se acordos de parceria formal com o ITA no apoio de realização de estágios e trabalho de fim do curso.

Em Malanje conseguiu-se renovar o protocolo de parceria com o Instituto Médio Agrário de Malanje (IMAM), tendo resultado na realização de estágio curricular de 4 estudantes finalistas, todos eles ligados a produção vegetal.

A Antena Huíla firmou uma parceria formal com Instituto de Ciências Religiosas de Angola – ICRA do Namibe.

A nível de Luanda, fortaleceu-se a parceria com as Faculdade de Economia da UCAN, que resultou na realização conjunta da Conferência Internacional sobre a Agricultura e Pobreza; assim como foi estabelecida uma parceria com o Instituto Superior de Comunicação que resultou na contratação de 10 estudantes que desenvolveram o trabalho de catalogação e classificação do acervo bibliográfico da sede.

Apresenta-se, a seguir o balanço das metas.

Meta 1: A ADRA divulga com regularidade as acções, através dos medias e das redes sociais.

Ponto de situação (Evidências/Resultados)

- Divulgadas 340 matérias no website e facebook
- Concedidas 132 entrevistas aos diferentes orgaos da comunicação social.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 2: Até final de 2019, sejam sistematizadas sete (7) experiências e dois (2) estudos.

Ponto de situação (Evidências/Resultados)

- Produzida 1 sistematização, nomeadamente, aplicação do método de advocacia social no processo de alfabetização e 5 estudos, nomeadamente, 3 sobre os grupos mais vulneráveis com foco na Alimentação, Registo de Nascimento e Acesso à Água, nos municípios de Kalandula, Quela, Kiwaba Nzoji e Malanje;
- Análise sectorial do OGE que se traduziu em 8 folhetos (500 exemplares cada) e o relatório sobre a monitoria do OGE a nível dos municípios do Bailundo, Cacula e Ganda.

Grau de cumprimento da meta: suficiente.

Meta 3: Até o final do ano os materiais das estruturas do CID estejam catalogados.

Ponto de situação (Evidências/ Resultados)

- Livros da Sede foram catalogados e criado um sistema de gestão de biblioteca;
- A nível de Benguela foi feita a reorganização dos livros e criada uma base de dados.

Grau de Alcance da meta: suficiente

3.4.2.6 Influência nas Políticas Públicas

A componente de Influência nas Políticas Públicas é de extrema importância no processo de advocacia social junto do Estado a seus diferentes níveis de actuação. A mesma é composta por três linhas de acção, designadamente, i) Monitorar as políticas e programas públicos na óptica dos direitos humanos; ii) Participar em conjunto com outras organizações da sociedade civil no ciclo do OGE; iii) Promover iniciativas articuladas de debate e influência sobre as políticas públicas ligadas ao ambiente e recursos naturais na região africana.

Descreve-se, de seguida, as principais realizações em 2019, tendo em consideração as linhas de acção da componente

i) Monitorar as políticas e programas públicos na óptica dos direitos humanos

Realizadas 3 sessões de divulgação dos relatórios sobre monitoria do OGE em dois municípios (Bailundo e Ganda), que teve a participação de 74 pessoas, sendo 27 mulheres, entre líderes das associações e cooperativas, quadros das administrações locais.

ii) Participar em conjunto com outras organizações da sociedade civil no ciclo do OGE

Emitido em conjunto com o OPSA um posicionamento sobre o OGE 2020.

Realizada a Conferência Nacional sobre Monitoria do OGE e Programas Públicos, envolvendo cerca de 178 pessoas, das quais 46 mulheres, entre representantes das Finanças, Tribunal de Contas, Assembleia Nacional, OSC, membros de associações e cooperativas, quadros da ADRA e jornalistas.



Conferência sobre monitoria do OGE em Luanda, Agosto

Realizado 5 encontros com o MED, MINSA, MASFAMU, MINAGRIF, MINFIN. Feita a Sessão de Apresentação e Lançamento dos folhetos sectoriais sobre o OGE 2020, em Luanda, com a participação de 140 pessoas, das quais 29 mulheres

A nível de Luanda realizou-se uma acção de capacitação sobre metodologias de monitoria e fiscalização do OGE, com a participação de 35 pessoas, dentre as quais 8 mulheres. Durante o evento abordou-se os seguintes assuntos: ciclo de políticas públicas monitoria de políticas públicas, processo de fiscalização do OGE.

Realização em Benguela de um ciclo de formação sobre análise do OGE e a oficina do OGE sensível ao género. Participaram da mesma cerca de 43 pessoas, das quais 38 eram mulheres. Assuntos abordados: Génese das Políticas Públicas (antecedentes, percursos e factores que contribuíram para o surgimento), conceito, classificação, análise e discussão das Políticas Públicas a luz do OGE/19, papel das Organizações locais e da mulher no ciclo de gestão.

Promovidas 3 sessões de capacitação aos membros das comissões de moradores de Cazenga, Cacuaco, e Kilamba Kiaxi sobre Orçamento Participativo, envolvendo cerca de 400 participantes, sendo 105 mulheres.

iii) Promover iniciativas articuladas de debate e influência sobre as políticas públicas ligadas ao ambiente e recursos naturais na região africana.

Participação na décima Conferência Internacional sobre Mineração em África, o evento é conhecido por “Alternative Mining Indaba”

Participação na Conferência sobre Dívida Pública na África Austral em Johannesburg, África do Sul.

O balanço das metas revelou o seguinte quadro de evidências/resultados:

Meta 1: A ADRA, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, apresenta um posicionamento público sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado 2020.

Ponto de Situação (Evidências/Resultados)

- Posicionamento da ADRA e OPSA produzido, apresentado e distribuído junto aos deputados, jornalistas e outros actores sociais

Grau de alcance da meta: cumprida.

Meta 2: *A ADRA monitora 5 programas públicos de incidência local nos Municípios de Intervenção.*

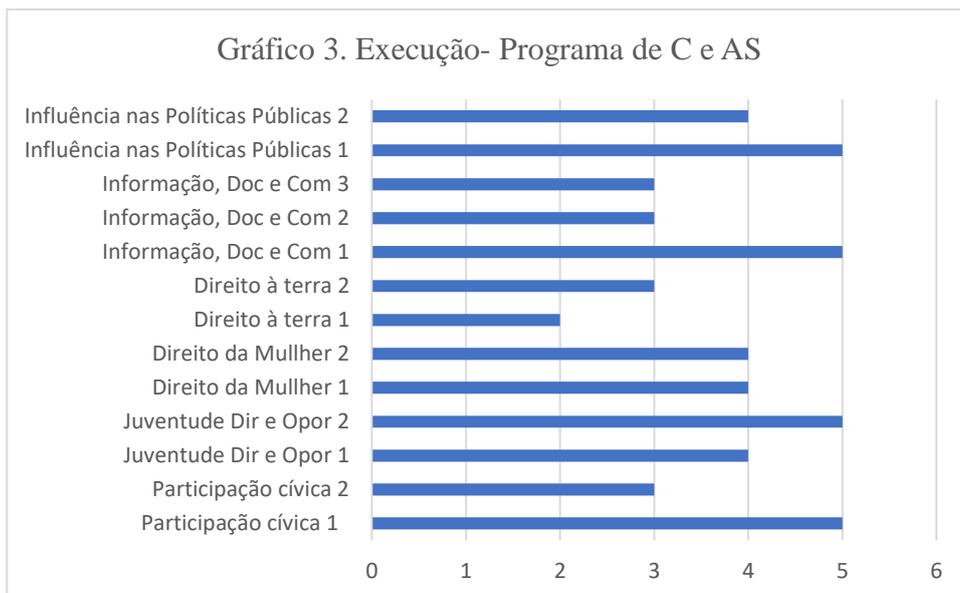
Ponto de Situação (Evidências/Resultados)

- Monitorado a nível dos municípios de Kalandula, Malanje, Kiwaba Nzoji e Quela os programas públicos sobre Acesso a Água, Registo de Nascimento e Alimentação.

Grau de Alcance da Meta: alto desempenho.

3.4.2.7 Análise do desempenho do programa

O desempenho do programa de cidadania e advocacia social é satisfatório, uma vez que das 13 metas preconizadas em 2019, 4 foram cumpridas, 4 registaram alto desempenho, 4 tiveram um desempenho suficiente e 1 com desempenho baixo. Em termos de componentes, podemos constatar que as de participação cívica, influência de políticas públicas, Informação Documentação e Comunicação registaram maiores avanços, sendo que os temas ligados ao OGE, Autarquias e legislação fundiária assumiram maior destaque nas acções de cidadania e advocacia social realizadas ao longo do ano.. Já as componentes Direito à Terra, Direito das Mulheres e Juventude, Direitos e Oportunidades continuam a registar poucos progressos em termos do cumprimento de metas; há, aqui a necessidade de se melhorars desempenho da ADRA nestes componentes em 2020, para que se consiga sistematizar informações e reforçar acções incisivas. Em relação a componente de Juventude, Direitos e Oportunidades, não se conseguiu ter avanços significativos com o trabalho desenvolvido com os jovens, pelo que impõe-se reforçar acções e trazendo dados concretos sobre o número de jovens que participam dos eventos realizados.



3.4.3 Programa de Desenvolvimento Organizacional

O Programa de Desenvolvimento Organizacional assume vida própria dentro da filosofia e características da Organização. .

Este programa visa a criação de condições organizacionais que respondam as exigências estratégicas e programáticas da sua intervenção. Para o efeito o programa está estruturado em 4 componentes, nomeadamente: i) Gestão e desenvolvimento do pessoal; ii) Gestão Administrativa, Financeira e de Património; iii) Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação e; iv) Vida Associativa e Governação.

3.4.3.1 Gestão e Desenvolvimento do Pessoal

A componente de Gestão e desenvolvimento do pessoal compreende 3 linhas de acção principais: i) Promoção de boas práticas, valores e princípios da cultura organizacional; ii) Melhoramento dos mecanismos de gestão e desenvolvimento do pessoal e iii) Promoção da equidade do género. Apresenta-se, a seguir o relato das principais realizações em 2019.

i) Promoção de boas práticas, valores e princípios da cultura organizacional

Realizadas 4 assembleias e 1 encontro dos trabalhadores a nível da AD; Realizadas 23 encontros de reflexão sobre os princípios e valores da Organização; 4 secções de debates sobre análise dos princípios e valores da Organização, tendo como base o comportamento individual e colectivo dos trabalhadores e; RealizadoS 4 jantares de confraternização e amigo oculto respectivamente.

ii) *Melhoramento dos mecanismos de gestão e desenvolvimento do pessoal*

Foram realizadas avaliações de desempenho a nível da Antena Huíla e Huambo; Elaborados os contratos de trabalho e definição do quadro de pessoal em 2019; Realizadas 2 formações sobre gestão de projectos e uma formação em Primavera no módulo de Contabilidade e Tesouraria; Realizados os módulos de formação em desenvolvimento comunitário; Realizados encontros técnicos da UPD, UGAF e UCAS.

iii) *Promoção da equidade do género*

Uma coordenadora municipal ascendeu ao cargo de Directora da Antena Malanje. Perfazendo assim um total de 3 mulheres na direcção das Antenas;

Mais de 40% dos postos de chefia são ocupados por mulheres;

Realizados 2 encontros das mulheres para abordar preocupações que afectam as mulheres da ADRA e parceiras.



Econtros provinciais das mulheres, Benguela e Huíla (respectivamente)

O balanço das metas apresentou as seguintes evidências:

Meta 1: Elaboradas ferramentas de avaliação de desempenho que permite aferir os níveis de desenvolvimento dos quadros.

Ponto de situação(evidências/resultados)

- 50% dos quadros avaliados e com resultados satisfatórios.

Grau de cumprimento da meta: baixo

Meta 2: Até final de 2019, pelo menos 35% dos postos de chefia são ocupados por mulheres.

Ponto de situação(evidências/resultados)

- 40% dos cargos de chefia/espacos de tomada de decisão são ocupados por mulheres.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

3.4.3.2 Gestão Administrativa, Financeira e de Património

A componente Gestão administrativa e de Património abarca seis (6) linhas de acção: i) Diversificar as fontes de financiamento; ii) Reforçar o sistema de planificação, monitoria e gestão; iii) Constituir reservas financeiras; iv) Aprimorar o sistema de informação para a gestão; v) Desenvolver e aplicar uma estratégia de gestão do património e; vi) Melhorar e aplicar instrumentos de gestão administrativa. Eis a descrição das principais realizações em 2019:

i) Diversificar as fontes de financiamento

A nível da AD foram elaboradas 13 propostas de projectos, que resultou na aprovação de 8 e as demais encontram -se em fase de negociação.

ii) Reforçar o sistema de planificação, monitoria e gestão

Foram realizadas 5 visitas de monitoria, 3 à Antena Malanje, uma à Antena Huíla e Huambo. Realizadas cerca de 43 visitas de monitorias às equipas municipais de intervenção a nível dos municípios e 5 visitas de monitoria às antenas pelo DUGAF.

Elaborado e implementado o orçamento consolidado das Antenas e o fluxo de caixa previsional.

iii) Constituir reservas financeiras

Reforçados os fundos locais da ADRA-AD em todas as suas estruturas em USD 155.234 através da arrecadação de receitas provenientes da renda do património das Antenas, aluguer da sala de reuniões, abate de viaturas, realização de consultoria, hospedagem, refeições e overheads.

iv) Desenvolver e aplicar uma estratégia de gestão do património

A nível da Antena Huíla foram parcialmente actualizados os inventários do património e elaborados e distribuídos os manuais de bordo para as viaturas. Na Antena Malanje foi realizado o inventário e sua classificação, assim como o abate de 20 bens (6 viaturas, 7 motorizadas e 7 computadores).

Em Benguela foram realizados encontros com a Repartição Municipal da habitação para se inteirar dos procedimentos de compra da casa de passagem do Cubal e do escritório. Ainda neste âmbito foram regularizadas as rendas em atraso dos 2 imóveis e actualizados os contratos de arrendamentos. Foi ainda remetido o processo à administração municipal de Benguela para actualização do documento de cedência do espaço que se encontrava extemporâneo e consequentemente o pagamento do SISA.

v) Melhorar e aplicar instrumentos de gestão administrativa

Durante as visitas, foi monitorada a utilização do procurement na aquisição de bens e serviços, bem como a planificação das necessidades e utilização racional dos recursos da organização.

O grau de cumprimento das metas previstas foi globalmente satisfatório, conforme se depreende do balanço a seguir apresentado.

Meta 1: Elaboradas e submetidas aos financiadores, pelo menos 8 novas propostas de projectos

Ponto de situação(evidências/resultados)

- Foram laboradas 13 propostas de projectos, que resultou na aprovação de 8.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

Meta 2: Sejam arrecadados pelo menos 93.450 USD, resultantes do património e overheadse consultorias.

Ponto de situação(evidências/resultados)

- Arrecadados USD 155.234 nos Fundos Locais a nível da A.D.

Grau de cumprimento da meta: cumprida

vi) Aprimorar o sistema de informação para a gestão

O sistema de gestão de informação financeira foi actualizado da versão 8 para 9.

Meta 3: Assegurada a legalização e manutenção do património da AD.

Ponto de situação(evidências/resultados)

- Assegurada a manutenção do património da organização;
- 8 casas da ADRA com título de propriedade e 2 apenas com escritura pública;
- 10 edifícios em via de legalização e 13 terrenos por concluir o processo de legalização.

Grau de cumprimento da meta: suficiente

3.4.3.3 Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação

Esta componente contempla 4 linhas de acção, designadamente: i) Implementação de um sistema de monitoria e avaliação adequado a natureza da actividade da ADRA; ii) Dinamização do funcionamento regular dos espaços institucionais; iii) Dinamização do funcionamento regular dos espaços institucionais; iv) Reforçar as formações em Desenvolvimento Comunitário.

i) Implementação de um sistema de monitoria e avaliação adequado a natureza da actividade da ADRA

Elaborados e implementados os Planos de Acção Operativo das 5 estruturas (Antenas e Sede) e os respectivos planos de monitoria.

Elaborados 14 planos municipais. Realizadas 55 visitas de monitoria nas Antenas Huíla (18), Malanje (6), Benguela (10) e Huambo (21). Realizadas 15 visitas de monitoria às Antenas pelos directores das Unidades e Director Geral.

Realizados 10 encontros de balanço semestrais e 10 anuais, nas 5 estruturas. Elaborados instrumentos de recolha de dados da intervenção e prestado apoio as equipas nos 14 municípios de intervenção.

ii) *Dinamização do funcionamento regular dos espaços institucionais*

Realizados 15 encontros de coordenação nas Antenas Huíla (6), Malanje (6), Benguela (3) e 1 na Sede.

Realizados 119 encontros técnicos e metodológicos nas Antenas Huambo (16), Malanje (20), Benguela (61), Huíla (22). Foram ainda realizados 7 encontros trimestrais de balanço da UCAS, UAF e UPD.

Realizados 3 encontros técnicos da UAF, UPD e UCAS, que contou com a participação de 46 quadros, sendo 23 mulheres. Temas abordados: Análise sobre a nossa intervenção social; Sistematização de dados dos beneficiários sobre a intervenção social da Organização; Elaboração de relatórios. Recomendações da auditoria 2018, gestão de património, procedimentos administrativos. Contexto da comunicação nas províncias de intervenção da ADRA; A gestão das técnicas de comunicação e divulgação da informação no contexto tecnológico; Socialização da nova identidade visual, layout de PowerPoint, cartilha informativa; Como estruturar uma revista: aspectos teórico práticos; Como escrever de forma humanizada e intemporal a revista; comunicação institucional.

Realizada 1 formação sobre elaboração e gestão de projectos de desenvolvimento comunitário. A mesma teve como objectivo geral contribuir para o aumento da capacidade técnica das equipas sobre planeamento e gestão de projectos. Participaram técnicos provenientes das diferentes províncias de intervenção, a saber: Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda e Malanje.

Ainda neste sentido, foi realizado um encontro sobre elaboração de projectos para a União Europeia. Com objectivo de reforçar as capacidades e habilidades dos quadros das Antenas envolvidos na elaboração de projectos para União Europeia. Participaram do mesmo, quadros das Antenas Benguela, Huambo, Malanje e Sede/Luanda, num total de 10 participantes, dos quais 3 eram mulheres.

iii) *Reforçar as formações em Desenvolvimento Comunitário*

Realizadas nas Antenas Malanje e Benguela. Participaram no total 71 pessoas, sendo 37 em Malanje e 34 em Benguela. Assuntos abordados: Análise do Contexto do país, tendo em conta o ambiente político, económico, situação social, situação ambiental, bem como a situação fundiária; Partilha de Experiências de apoio a legalização de terras comunitárias; Aprofundamento do estudo do método de DC; Aprofundamento do Plano Estratégico 2018-2022; Educação cívica para o processo autárquico.



XX Módulo das Formações em DC, Malanje e Benguela (respectivamente)

O balanço das metas revelou as seguintes evidências:

Meta 1: A recolha de informação é realizada de forma sistemática, garantindo a análise do grau de execução do Plano de Acção Indicativo.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- Existência de instrumentos de recolha de dados nas áreas de intervenção;
- Nível baixo de execução dos planos de monitoria, o que limitou a produção de dados para aferir os efeitos da intervenção.

Grau de cumprimento da meta: suficiente

Meta 2: Existência e funcionamento de uma base de dados que compile informações sobre as áreas de intervenção da ADRA e sobre o grupo alvo

Ponto de situação (evidências/resultados)

Existência da base de dado da Antena-Huambo e Benguela mas com limitações quanto à sua alimentação.

Grau de alcance da meta: baixo

Meta 3: Os espaços Institucionais (Conselhos de Gestão, Conselho de Representantes, Conselhos de Coordenação, Conselhos de Coordenação Conjunto, Encontros Técnicos de Unidades e de Mulheres da ADRA) funcionam com regularidade.

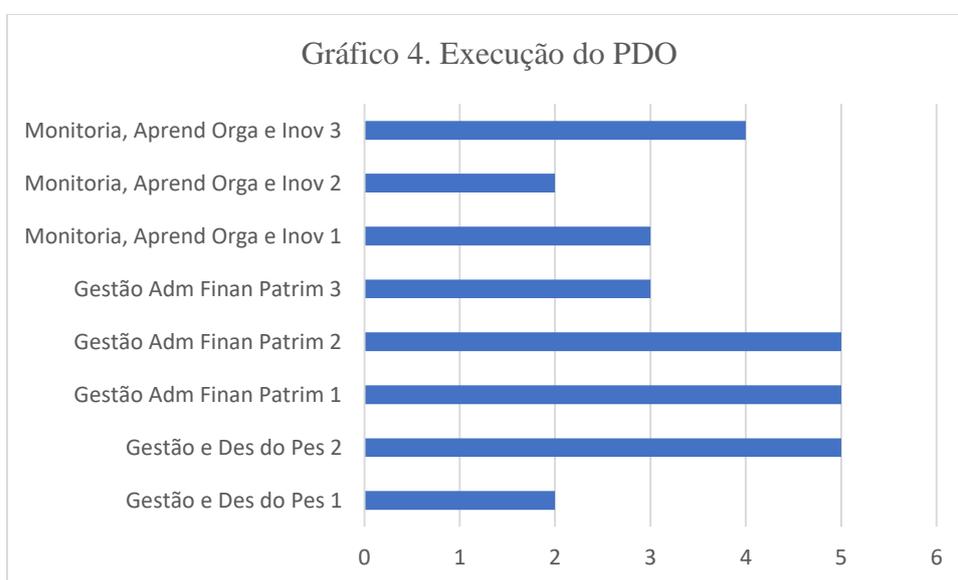
Ponto de situação(evidências/resultados)

- Os principais espaços institucionais (Conselhos de Gestão, Conselho de Representantes, Conselhos de Coordenação, Conselhos de Coordenação Conjuntos, Encontros Técnicos) funcionaram com alguma regularidade, com excepção do Encontro das Mulheres da ADRA que não foi realizado. A realização destes espaços permitiram tomar decisões importantes de gestão da Agência de Desenvolvimento.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho

3.4.3.4 Análise do Desempenho do Programa

O nível de cumprimento de metas referentes ao Programa de Desenvolvimento Organizacional (PDO) é razoável. Em 2019, a AD definiu 8 metas para o PDO, sendo 2 para a componente Gestão e Desenvolvimento do Pessoal, 3 para a componente Gestão Financeira, Administrativa e de Património e 3 para a componente Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação. Em termos de cumprimento, 3 metas foram cumpridas, 1 alto desempenho, 2 suficiente desempenho e 1 baixo desempenho, tal como se pode observar na no gráfico abaixo.



3.5. Execução financeira

3.5.1. Quadro geral das receitas e despesas

Em 2019, a ADRA obteve uma receita de **USD 4.331.648,00** (inclui saldos iniciais e câmbios favoráveis) comparativamente ao ano de 2018. O total da receita atingiu a cifra de **USD 3.951.783,00** uma variação percentual de +9%. Os custos foram de **USD 3.442.234 USD** e para o período homólogo **USD 3.504.476**.

Fontes de financiamento

Em 2019, **84%** das receitas da ADRA foram obtidas a partir de fontes externas (doadores nacionais e internacionais), **14%** de fontes internas¹ e **2%** de proveitos extraordinários como nos mostra o **Quadro nº 1**.

RECEITAS	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Total	4.331.648	100%	4.092.110,00	100%
Receitas Intermas	609.847,46	14%	654.737,60	16%
Doadores Nacionais	286.113,89	7%	122763,3	3%
Internacionais	3.362.835,72	78%	3.314.609,10	81%
Extraordinárias	72.850,83	2%		

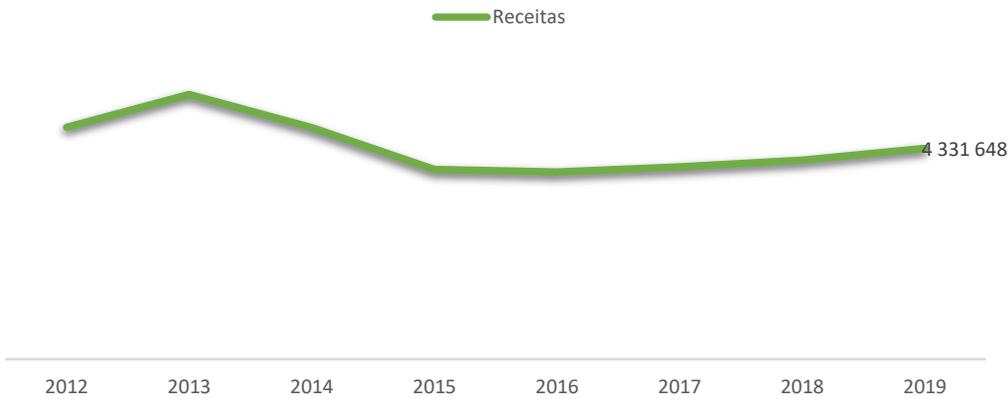
A tabela a seguir indicada ilustra o conjunto a lista de doadores nacionais e internacionais (fontes externas) que contribuíram com 84% das receitas da ADRA em 2019. Os maiores doadores da ADRA, em 2019, foram a BP Angola (19%), a Afrikagrupperna (Grupo África da Suécia) (16%) e a União Europeia (16%).

Quadro nº 2 Lista de doadores Nacionais e Internacionais

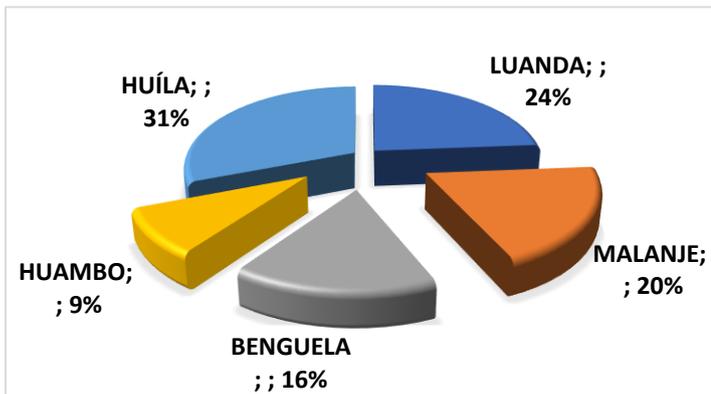
Doadores	2019	%	2018	%
<i>(Valores expressos em USD)</i>				
União Europeia	596.366	16%	442.573,00	13%
Grupo África da Suécia	570.110	16%	620.694,00	18%
Unicef	164.091	4%	115.934,00	3%
Ajuda da Igreja Norueguesa	426.778	12%	738.057,40	22%
Solidariedade Prática	262.198	7%	250.714,00	7%
Pao Para Mundo	561.725	15%	431.735,00	13%
Embaixada Francesa em Angola	26.770	1%	-	0%
OSISA	70.000	2%	15.336,00	0%
BP-Angola	684.798	19%	555.003,00	16%
IPA/BDA	49.521	1%	-	0%
FAS	99.629	3%	133.005,00	4%
Eni Angola	0	0%	68.039,00	2%
Outros	136.964	4%	38.477,50	1%
Total	3.648.950	100%	3.409.568	100%

A evolução das receitas da ADRA ao longo dos anos tem um comportamento oscilante, basta observar o **Gráfico 1**. Tem intervalos que a curva é ascendente e outros intervalos descendente. Este comportamento deve-se há vários factores, como aprovação de novos projectos vs final de ciclo de projectos.

Gráfico 1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS



A execução do referido orçamento foi feita em função de um plano orçamental aprovado por cada financiador e em função disponibilidade financeira durante o exercício. A distribuição de receitas por estrutura pode ser observada no **Gráfico nº 2**



Antena Huíla foi a estrutura que mais receita obteve no ano de 2019 com 31% e tem sido assim nos últimos dois anos.

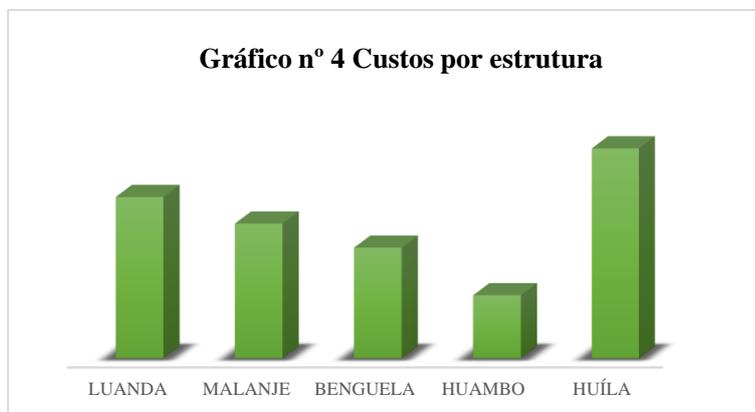
O **Gráfico nº 3** mostra a origem das receitas internas da ADRA. 58% destas receitas são contribuições de projectos aos custos indirectos destes, isto mostra a forte dependência da ADRA aos projectos. 22% das receitas são rendimentos da casa de passagem do Huambo e de Malanje. As quotas e doações de membros representam apenas 2% das receitas internas.

Gráfico nº 3 Origem das receitas internas da ADRA



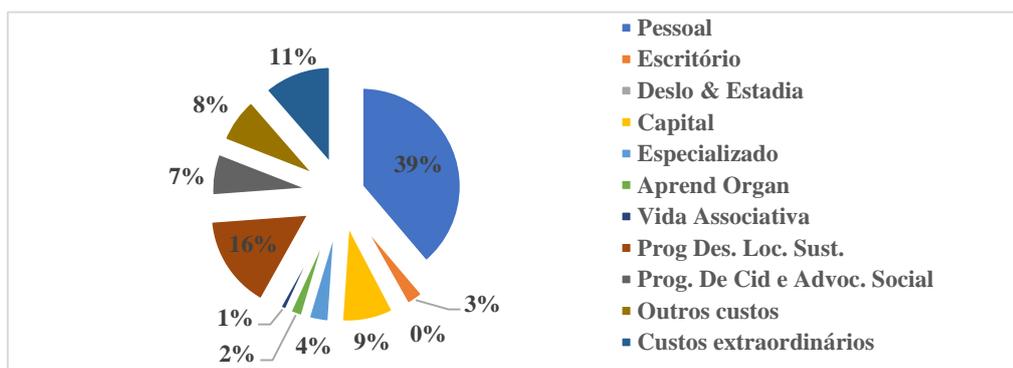
Descrição e análise das despesas

Os custos da implementação da acção da ADRA em 2019 ascendeu a cifra de **USD 3.475.352** (inclui câmbios desfavoráveis) comparativamente ao ano transato (**USD 4.033.741**), os custos deste ano foram menores em 16,07%. O gráfico seguinte mostra a distribuição destes custos pelas estruturas que compõe a A.D.



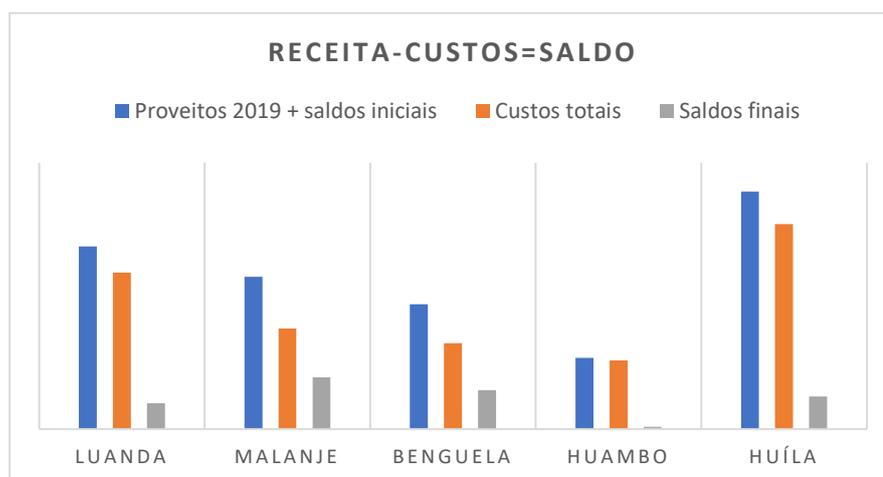
A Antena Huíla é a estrutura com mais custos 33%, justifica-se pelo nº de projectos (7 no total) que este implementou no ano em análise. A Sede vem a seguir com 25%, a sede por lado é a estrutura que suporta a maior parte (80%) dos grandes eventos institucionais e por outro lado em 2019 a Sede implementou 7 projectos, alguns deles de pequena dimensão, daí a razão desta percentagem.

O gráfico a seguir mostra o custo por rubricas do orçamento, estruturados em função do plano de contas de Contabilidade da ADRA que segue a estrutura do Plano Estratégico em vigor na ADRA.



O PDO, obviamente, é o Programa do P.E que mais consome recursos. O programa a seguir é o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável com 16%

Gráfico nº 5 Análise receitas vs custos



Por regra, para ONGs ou projectos sociais é que a fórmula receita menos custos seja igual a Zero no final do ano. Esta fórmula, também, se aplica na ADRA, mas porquê o gráfico mostra saldos? A resposta é simples. Primeiro, boa parte dos projectos implementados em 2019 têm continuidade, ou seja, têm um ciclo de vida de mais de 1 ano. A fórmula verificar-se-á no final do ciclo destes. Segundo, a ADRA possui um fundo que é designado Fundos Locais, por questões de sustentabilidade organizacional, não convém que se utilize todos estes recursos no só ano.

3.8.Constrangimentos

Apesar dos progressos alcançados, ao longo do ano, a Organização debateu-se com alguns constrangimentos externos e internos. A nível externo, continuou o constrangimento que diz respeito às linhas prioritárias dos principais financiadores do ponto de vista temático e geográfico, que nem sempre coincidem com os conteúdos de trabalho da ADRA e as necessidades mais sentidas pelas comunidades; por exemplo, continuou haver cada vez menos financiamento de apoio a projectos agrícolas e custos institucionais. Outro constrangimento a ressaltar é a pressão a que está submetida a Organização, decorrente das solicitações feitas por diversas instituições do Estado e outras organizações da sociedade civil para engajar-se em diversas iniciativas de parcerias, colaborações e outras acções, resultando em sobrecarga da Agência de Desenvolvimento.

A nível interno, apesar dos esforços empreendidos, ainda foi notável limitações na actividade de monitoria, concretamente, a não implementação plena dos planos de monitoria, o que dificultou em certa medida o relato dos efeitos da intervenção nos relatórios a nível das diferentes estruturas da Organização.

4. CONCLUSÕES

2019 marcou o segundo ano de implementação do Plano Estratégico 2018-2022, num contexto de que a crise financeira e económica continuou a assolar o país, agravando a situação económica e social de muitas famílias. No entanto, a luta contra a corrupção, bajulação, peculato e nepotismo, igualmente continuou na agenda de governação do Presidente da República, a par disto, o Executivo tomou uma série de medidas de políticas, mas que os efeitos ainda estão muito à quem do desejado. Este novo contexto político proporcionou maiores possibilidades de intervenção à ADRA enquanto actor cívico, aumentando a visibilidade das causas que defende.

Ao longo do ano, a AD implementou um conjunto de projectos que permitiram manter a actividade da Organização nos municípios abrangidos pela sua intervenção, apoiado mais de 78% do universo de produtores agrícolas familiares previsto para o período de vigência do Plano Estratégico em vigor. O conjunto das acções desenvolvidas durante o ano, revelou um nível de desempenho suficiente, na globalidade dos três programas de orientação, em conformidade com o grau de cumprimento das metas; do total de 35 metas planificadas, 17 foram cumpridas (48,6%), 8 tiveram alto desempenho (22,8%), 7 (20%) registaram um desempenho suficiente e em 3 (8,6%) o desempenho foi baixo. O PDLs foi aquele que registou maior desempenho, ao passo que o PDO teve um desempenho baixo.

Entre as acções que contribuíram para um maior desempenho no grau de cumprimento das metas planificadas, destacam-se o apoio prestado a mais de 3.000 produtores agrícolas no acesso aos recursos produtivos (insumos e equipamentos, crédito, capacitação e assistência técnica) e o reforço da sua integração nos circuitos de comercialização, através dos comerciantes informais, estabelecimento de contratos de fornecimento e em feiras; o apoio às comunidades afectadas pela seca no reforço de estratégias para a sua mitigação de que são expressão a construção de sistemas de retenção das águas das chuvas e o incentivo ao incremento do cultivo de culturas resistentes à seca; a promoção de acções de educação para a saúde no domínio da saúde materno infantil e do acesso à informação sobre o HIV/SIDA; a assessoria às associações e cooperativas na estruturação de serviços de apoio aos seus membros (caixas comunitárias, comercialização, transformação de produtos); a divulgação de informação sobre legislação; a presença regular da ADRA nos órgãos de comunicação social, contribuindo para o debate das grandes questões da vida do país; a análise sobre o OGE e a monitoria de programas públicos.

Em 2019, a AD conseguiu manter um nível aceitável de mobilização de recursos financeiros junto dos diferentes doadores, tendo registado um aumento percentual de 9%, passando de USD 4.092.110 para USD 4.331.648. Do leque de doadores que asseguraram o financiamento da actividade da Organização ao longo do ano, sobressaiem a BP Angola (19%), a Afrikagrupperna e a União Europeia, com 16% respectivamente. Durante o ano, persistiram alguns dos constrangimentos externos e internos vividos em 2018. A nível externo apontam-se os constrangimentos ligados às linhas prioritárias dos doadores, sendo cada vez mais reduzidos os financiamentos direccionados para projectos agrícolas. A nível interno, a Organização continua a confrontar-se com a pressão de trabalho a que está submetida, decorrente das solicitações das instituições do Estado e de outras organizações da sociedade civil.